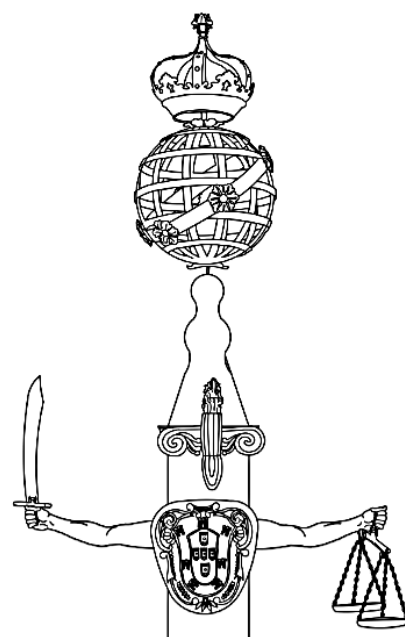


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE MINAS GERAIS – CAMPUS OURO PRETO
TECNÓLOGO EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Sabrina Delamore de Souza

**DOSSIÊ DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PELOURINHO SITUADO NA
PRAÇA MINAS GERAIS – MARIANA/MG**



Ouro Preto
2023

SABRINA DELAMORE DE SOUZA

**DOSSIÊ DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PELOURINHO SITUADO NA
PRAÇA MINAS GERAIS – MARIANA/MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Tecnólogo em Conservação e Restauro do Instituto Federal Minas Gerais - Campus Ouro Preto para obtenção do grau de tecnólogo em Conservação e Restauro.

Orientadora: Paola de Macedo Gomes Dias Villas Boas

Ouro Preto
2023

S729d Souza, Sabrina Delamore de.
Dossiê de conservação e restauro do pelourinho situado na Praça
Minas Gerais – Mariana/MG [manuscrito] / Sabrina Delamore de Souza.
– 2023.
57 f.: il.

Orientador: Paola de Macedo Gomes Dias Villas Boas

Trabalho de Conclusão de Curso (tecnologia) – Instituto Federal de
Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto, 2023.

1. Dossiê de restauro. 2. Pelourinho. 3. Mariana-MG . I. Villas Boas,
Paola de Macedo Gomes Dias. II. Instituto Federal de Minas Gerais.
Campus Ouro Preto. III. Título.

CDU: 72.02

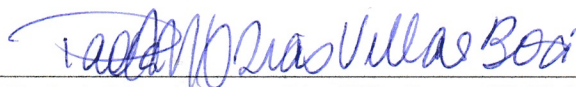
Catálogo: Gláucia Maria Ferreira de Carvalho - CRB-6/2231

Sabrina Delamore de Souza

DOSSIÊ DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PELOURINHO SITUADO NA PRAÇA
MINAS GERAIS – MARIANA/MG

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso
Tecnólogo em Conservação e Restauro do Instituto
Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto para
obtenção do grau de tecnólogo em Conservação e
Restauro.

Aprovado em: 05/09/2023 pela banca examinadora:



Prof. Ms. Paola de Macedo Gomes Dias Villas Boas – IFMG Ouro Preto (Orientadora)



Prof. Dr. Régis Eduardo Martins – IFMG Ouro Preto (Professor interno)



Prof. Dra. Liliane Márcia Lucas Sayegh – UFOP (Convidado externo)

*À minha linda menina, Cecília.
Belo dia foi quando você chegou!*

AGRADECIMENTOS

À Deus e a Nossa Senhora toda honra e glória.

À minha amada família, maiores incentivadores e fontes inesgotáveis de apoio, compreensão e amor incondicional.

Às amigas que o curso proporcionou, e a todos os professores da CODARES pela oportunidade de convívio, incentivo e orientação acadêmica que perdurarão em toda minha vida profissional.

*Que a tua vida não seja uma vida estéril. – Sê útil. – Deixa rasto.
– Ilumina com o resplendor da tua fé e do teu amor.*

– Josemaría Escrivá

RESUMO

O município de Mariana/MG abriga conjuntos arquitetônicos e um traçado urbano que marcou a constituição do município no auge do período da exploração aurífera. A Praça Minas Gerais, cartão postal da cidade, é um dos exemplos que compõem o efeito cênico desta época. No século XIX, um monumento inaugurado em homenagem ao bicentenário do arraial, inicialmente construído no adro da Catedral da Sé, foi descartado devido às mudanças urbanísticas no local. Em 1981, as peças deste elemento comemorativo foram encontradas e reconstituídas na Praça Minas Gerais. Fazendo alusão ao cenário colonial, o mobiliário urbano foi erguido como um símbolo do Encontro de Desenvolvimento de Mariana – EDEM, evento este que discutiu os caminhos do desenvolvimento da cidade. Neste sentido, o presente trabalho aborda tais ações políticas em detrimento das mudanças urbanísticas da cidade, que aconteceram com objetivo de enaltecer suas características coloniais, como instrumento de fomento ao destaque turístico e cultural do município. Para isso, foi realizada a análise contextual do referido mobiliário, bem como seu levantamento arquitetônico e diagnóstico do estado de conservação. Na sequência, será apresentada a Proposta de Intervenção, que apontará a especificação dos serviços e materiais a serem utilizados em sua restauração e conservação.

Palavras-chave: Dossiê, restauro, Pelourinho; Praça Minas Gerais; Mariana-MG.

ABSTRACT

The municipality of Mariana/MG harbors architectural ensembles and an urban layout that marked the formation of the municipality during the peak of the gold exploration period. Praça Minas Gerais, a postcard of the city, is one of the examples that constitute the scenic effect of this era. In the 19th century, a monument inaugurated in homage to the bicentenary of the settlement, initially constructed in the atrium of the Cathedral of Sé, was discarded due to urban changes in the location. In 1981, the components of this commemorative element were found and reassembled in Praça Minas Gerais. Eliciting the colonial scene, urban furnishings were erected as a symbol of the Mariana Development Encounter - EDEM, an event that discussed the paths of the city's development. In this sense, the present work addresses such political actions in light of the urban changes in the city, which occurred with the aim of highlighting its colonial characteristics as a means to promote the municipality's tourist and cultural prominence. To achieve this, a contextual analysis of said urban furniture was conducted, as well as its architectural survey and a diagnosis of its state of conservation. Subsequently, the Intervention Proposal will be presented, outlining the specification of services and materials to be used in its restoration and preservation.

Keywords: Dossier, restoration, Pillory; Praça Minas Gerais; Mariana-MG.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. LEVANTAMENTO CONTEXTUAL	11
2.1 Aspectos históricos.....	11
2.1.1 <i>A cidade histórica de Mariana – Minas Gerais</i>	11
2.1.2 <i>Uma praça, um símbolo: Pelourinho</i>	15
2.2 Aspectos socioculturais	27
2.3 Aspectos geográficos.....	33
3. LEVANTAMENTO CADASTRAL	36
4. ASPECTOS ESTILÍSTICOS E CONSTRUTIVOS DO PELOURINHO.....	39
5. DIAGNÓSTICO.....	40
5.1 Mapeamento de danos	40
5.2 Análise do estado de conservação	42
6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	43
6.1 Referencial teórico	43
6.2 Proposta gráfica de tratamento.....	46
6.3 Serviços preliminares	48
6.3.1 <i>Limpeza do entorno imediato</i>	48
6.3.2 <i>Mobilização do canteiro de obras</i>	48
6.4 Especificações dos serviços e materiais	49
6.4.1 <i>Limpeza manual</i>	49
6.4.2 <i>Remoção da camada de oxidação metálica</i>	50
6.4.3 <i>Remoção das intervenções anteriores fragilizadas</i>	50
6.4.4 <i>Remoção das vegetações de pequeno porte</i>	51
6.4.5 <i>Preenchimento das lacunas</i>	51
6.4.6 <i>Proteção superficial</i>	51
7. PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA.....	52
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

O município de Mariana/MG apresenta conjuntos arquitetônicos e um traçado urbano que marcaram a constituição do município no auge do período da exploração aurífera. A Praça Minas Gerais, cartão postal da cidade, abriga no adro da Igreja de São Francisco de Assis, o Pelourinho – um mobiliário incorporado no conjunto urbano tombado do município através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo este um bem simbólico de transição sociocultural, de classificação sensível devido a valor crítico e intangível que evoca a memória de antigos padrões de uso e ocupação dos espaços públicos.

Desde a Monarquia ao advento da República, a representação deste mobiliário vivenciou mudanças urbanísticas significativas, impulsionadas por ações políticas que inicialmente visavam o fortalecimento histórico e simbólico de centralização do poder. No entanto, na sociedade contemporânea, o referido Pelourinho adquiriu um efeito cênico de composição colonial no conjunto urbanístico do município. Apesar do testemunho que carrega, além da importância no fomento do desenvolvimento econômico local, seu estado de conservação não é favorável, necessitando então de reparos pontuais para sua permanência na condição de monumento histórico urbano.

Neste sentido, este trabalho visa realizar o Dossiê de Conservação e Restauro do Pelourinho de Mariana/MG, através da avaliação e do mapeamento de danos, seguido da apresentação das propostas de intervenções necessárias para a restauração e conservação deste monumento histórico cênico, de forma a mobilizar reparos pontuais e melhorias que possam viabilizar sua permanência e valorização na condição de monumento histórico do município.



Figura 01: Mapa com a localização do mobiliário urbano em estudo. 1) Catedral da Sé; 2) Igreja de São Francisco de Assis; 3) Igreja de Nossa Senhora do Carmo 4) Casa de Câmara e Cadeia 5) Pelourinho.
Fonte: Google Maps, Street View de ago/2013 – Modificado 2023.



Figura 02: Vista parcial da Praça Minas Gerais.

Fonte: Sabrina Delamore, 2017.



Figura 03: Vista frontal do Pelourinho inserido no largo da Igreja de São Francisco de Assis.

Fonte: Sabrina Delamore, 2017.

2. LEVANTAMENTO CONTEXTUAL

2.1 Aspectos históricos

2.1.1 A cidade histórica de Mariana – Minas Gerais

O município de Mariana está localizado na parte oriental da Serra do Espinhaço, a aproximadamente 110 km da capital Belo Horizonte. Ele está situado em uma região conhecida como quadrilátero ferrífero, que abriga as principais cidades relacionadas à extração de minério de ferro em Minas Gerais. Mariana está geograficamente localizada às margens do Rio do Carmo e possui um relevo caracterizado por vales profundos e encostas íngremes com declives acentuados. Sua área total é de 1.194,208 km², praticamente coberta pelo bioma Mata Atlântica. O clima do município é classificado como Tropical de Altitude.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), Mariana possui uma população estimada atualmente em 58.802 habitantes, distribuídos igualmente entre o município e seus distritos. O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) relativamente elevado, com valor de 0,742.

O processo de ocupação do território mineiro, inicialmente chamado de Arraial do Carmo, teve início historicamente em 1696, nas margens do Ribeirão do Carmo. Essa localidade atraiu pessoas de várias regiões do Brasil e de Portugal, que buscavam explorar as jazidas de ouro em Minas Gerais. Ao longo desse período econômico, que durou mais de um século, surgiram inúmeras localidades mineradoras.

Conforme a versão histórica defendida por Diogo de Vasconcellos, amplamente aceita, em 16 de julho de 1696, durante a "festa da Virgem", as expedições paulistas lideradas por Miguel Garcia e pelo Coronel Salvador Fernandes Furtado descobriram um rio abundantemente rico em ouro, que ficou conhecido como Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Segundo o relato, o Coronel Salvador e sua comitiva se apropriaram do ribeirão, dividindo as primeiras áreas de extração de ouro, e logo construíram algumas cabanas ao longo da margem, formando o núcleo inicial que recebeu o nome de Mata Cavalos. Eles ergueram uma capela simples e rústica dedicada à Nossa Senhora do Carmo, que foi consagrada pelo capelão da expedição, o Padre Francisco Gonçalves Lopes.

A notícia do descobrimento rapidamente se espalhou, e em pouco tempo o arraial já contava com uma população suficientemente numerosa para pleitear o reconhecimento institucional de seu crescimento perante a Igreja e o Estado.

Este reconhecimento dava-se por meio da elevação de sua simples capela a outro patamar, o de paróquia, ou freguesia, "o módulo da organização eclesiástica, como que a sua unidade territorial". Assim, em 1701, atendendo a uma solicitação feita em 1698 pelo Coronel Salvador Furtado, o Bispo do Rio de Janeiro criou paróquia na capelinha do Carmo e nomeou o primeiro pároco, o Padre Manuel Brás Cordeiro. (FONSECA, 1995).

No ano de 1711, devido à sua considerável população, o Arraial foi elevado à categoria de Vila. De acordo com Fonseca (1995), essa condição justificou a ascensão da paróquia a um novo patamar.

"Crescendo sua expressão populacional, econômica e edificada, terá aumentado sua aspiração a outra categoria institucional, a outro tipo de reconhecimento por parte da sociedade organizada, em meio à divisão territorial estabelecida pelos poderes constituídos, enfim, por parte do Estado. A sua aspiração seguinte seria constituir não mais um embrião oficial, a célula menor eclesiástica e administrativa, porém algo mais [...] seria alcançar a autonomia política e administrativa, seria passar a constituir a sede de um município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio correspondente que lhe seria designado, o seu termo." (MARX, M. 1991) apud. (FONSECA, 1995)

O povoado foi elevado à categoria de Vila e, em seguida, sucedeu-se à Vila Rica (Ouro Preto).

a primeira câmara eleita pelos "homens bons" do povoado, funcionou provisoriamente na casa de um dos mais antigos moradores, Pedro Frazão, na primitiva rua Direita. O edifício, apesar de bastante deteriorado, ainda existe, sendo a maior residência da antiga rua Direita, atual Rosário Velho. (FONSECA, 1995)

Em meados do século XVIII, a mineração atingiu seu apogeu.¹ Quando Mariana já havia sido elevada à condição de sede episcopal, as constantes inundações do Ribeirão do Carmo passaram a se tornar um problema para a região às suas margens.

Os próprios núcleos urbanos ressentiam-se dos efeitos dessas explorações predatórias, pois, frequentemente, os serviços de minerar se localizavam dentro de seus territórios, e eram muitas as reclamações de moradores contra eles. As inundações que ocorriam no Carmo e nas demais localidades. (FONSECA, 1995)

Em 1745 e 1746, Dom João V enviou ao governo da capitania suas ordens que orientavam a elaboração de um plano urbano que se consolidava no estabelecimento da cidade num local mais alto, livre dos problemas relativos às enchentes. Pois mesmo sabendo desses problemas, “o rei D. João V manteve sua decisão de instalar na Vila do Carmo a sede do novo bispado, pois seu o desejo inicial era o de reunir no Carmo as sedes do poder temporal e religioso, o que teria conferido ao núcleo uma importância ainda maior” segundo Fonseca (1995).

Em 1745 concretizou-se a criação do bispado. Neste mesmo ano, a vila foi elevada à categoria de Cidade de Mariana, em homenagem à D. Maria Anna D'Áustria, esposa de D. João V.

Mariana é a primeira cidade “planejada” do Brasil, a partir da elaboração de uma planta (fig. 04) contendo o plano urbano ortogonal desenvolvido pelo engenheiro militar português José Fernando Pinto Alpoim.

¹ Entretanto, se a produção aurífera aumentou até essa época, foi muito mais em função de uma maior exploração do trabalho escravo do que dos poucos progressos alcançados em relação às técnicas de extração que continuavam tão rudimentares como nos primeiros anos, o que acarretava grandes prejuízos à paisagem natural da região. (FONSECA, 1995)

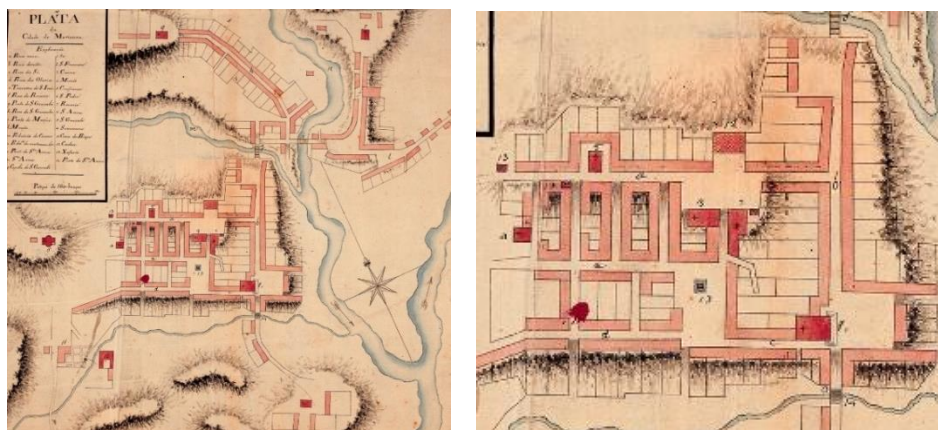


Figura 04: Planta da cidade de Mariana. José F. Pinto Alpoim. O traçado indicado na planta não corresponde de maneira fiel ao que foi executado, sendo que algumas travessas foram abertas (e os terrenos aforados) após 1752. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Ano: Atribuído ao ano de 1745. **Fonte:** <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais/676/>>.

Em 1938, Mariana fez parte do conjunto dos primeiros municípios brasileiros a serem objeto de políticas públicas de preservação por meio do tombamento de bens isolados. Em 1945, o seu núcleo urbano histórico foi declarado Monumento Nacional sem especificação clara do perímetro de tombamento.

A Praça Minas Gerais (fig.05) possui um valoroso conjunto arquitetônico histórico, sendo composto pela Igreja São Francisco de Assis, Igreja Nossa Senhora do Carmo e Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga a Câmara Municipal de Mariana. Atualmente, a referida praça é palco de manifestações religiosas, culturais e políticas. É neste contexto que o objeto de estudo deste trabalho está inserido. Cumpre ressaltar que a área do atual Pelourinho foi testemunho dos primórdios da colonização do país e, portanto, encerra em seu solo valiosos vestígios das sucessivas ocupações que sofreu – de extrema importância para a História do Brasil.

A Praça Minas Gerais traduz, com o próprio nome, a origem e a imagem do Estado. Chamaram-na Largo de São Francisco, Largo do Carmo e Praça João Pinheiro. Em 16 de julho de 1979, apresentamos à Academia Marianense de Letras um projeto que foi encaminhado ao Governo estadual, instituindo o 16 de julho como o dia do Estado de Minas Gerais, anualmente celebrado nesta praça. (CAMELLÔ, 2016).

Instituída em 1980, a Comenda do Dia do Estado de Minas Gerais foi concedida a autoridades federais e mineiras e a todas as Cidades Históricas. Sua concepção ficou a cargo do prof. Wilson Chaves, então Coordenador Estadual de Cultura. O prefeito de Mariana, Jadir Macedo, cidadão voltado para o ideal de preservar a História e as raízes mineiras, aceitou a sugestão de que aquele logradouro

de diversos nomes fosse oficialmente denominado Praça Minas Gerais. Passaria a ser o símbolo de nosso Estado. (CAMELLÔ, 2016).

O Pelourinho de Mariana já passou por diversas modificações e intervenções, tornando-o um bem difícil de ser estudado, visto que a maioria das ações realizadas sobre ele não foram planejadas, nem se quer documentadas.



Figura 05: Vista da Praça Minas Gerais, Mariana – Minas Gerais. **Fonte:** <<http://historia-faccamp.blogspot.com.br/2010/08/mariana-praca-minas-gerais.html>>.

2.1.2 Uma praça, um símbolo: Pelourinho

Quando elevada à condição de Vila em abril de 1711, o Ribeirão do Carmo contava com uma população numerosa, sendo necessário então a construção do Pelourinho.

Segundo o escritor Roque Camêllo (2016), expõe que o primitivo pelourinho erguido no Largo da Matriz em 1711, era singelo, com uma simples coluna de madeira e um argolão ao pé. (...) Estas colunas, que tiveram múltiplas funções, inclusive a prática de castigos, representavam a mão da autoridade e se erigiam sempre em locais públicos. Como aí também aconteciam os pelouros (eleições), receberam a denominação de pelourinhos.

Já para os autores Pereira et al. (2015), em 1750 um novo Pelourinho passou a ocupar o centro do antigo Largo dos Quartéis, a atual Praça Minas Gerais. Através do livro de receita e despesa da Câmara de 1711, encontraram a evidência de que a nova câmara pagou a Tomás da Costa 24 oitavas de ouro pelo arranjo das alavancas do Pelourinho.

Nos termos de arrematação da obra temos:

Será feito no meio do largo que será destinado para praça. As escadas da melhor pedra que deve ser bem lavrada e polida, assentada sobre alicerce de pedra e cal em que se funde toda a obra. A base será da qualidade da pedra das que se fizeram o adro da Senhora Santana e a coluna de pedra branca e lisa muito bem polida, sem mancha falsa ou outro algum defeito. O capitel, da mesma qualidade da base ou pedestal. Há de ter dois escudos: um no lugar que mostra o risco e outro da outra banda com as

armas da cidade. A Pedra da fachada será diferente na qualidade e cor, podendo-se cercar, aliás será como a da base e capitel embutido na coluna. Os dois braços de chumbo, vazados por dentro. A esfera de cobre e a coroa do mesmo, sendo também dourada a cruz da cinta da espera, com mais bronzeado dos braços, com as balanças douradas, com alfanje de cobre prateado. (AHCMM, códice 135, p.103v-104v. apud. Pereira et al., 2015).

Com esta documentação, percebe-se que tal termo especifica ações formais da construção, bem como a inserção de adereços que deveriam ornar com o Pelourinho fazendo-se referência aos símbolos de poder.

Sobre sua simbologia, Pereira et al. (2015), nos ensinam que cada ornamento representa, basicamente, os símbolos da justiça:

Os símbolos da justiça são evidenciados na balança e na espada ostentadas por braços de chumbo. Sobre eles estavam a esfera armilar e a cruz, instrumento de suplício associado ao cristianismo e, por extensão, à justiça divina. (Pereira et al., 2015).

Aparelho de localização marítima, a esfera armilar, por sua vez, compôs o estandarte de d. Manuel I, o rei português da época das grandes navegações e do “achamento” do Brasil. Era uma referência ao universo conhecido, aos corpos celestes, mas também ao novo mundo, conquistado sob os auspícios da Igreja Católica, pelo esforço dos vassalos e com o apoio da Coroa. Nos escudos dourados estavam representadas as armas da Cidade de Mariana, bem como as de d. João V, compostas por pequenos broquéis azuis e castelos dourados. Encimando a composição, uma grande coroa dourada com barretina de veludo vermelho. (Pereira et al., 2015).

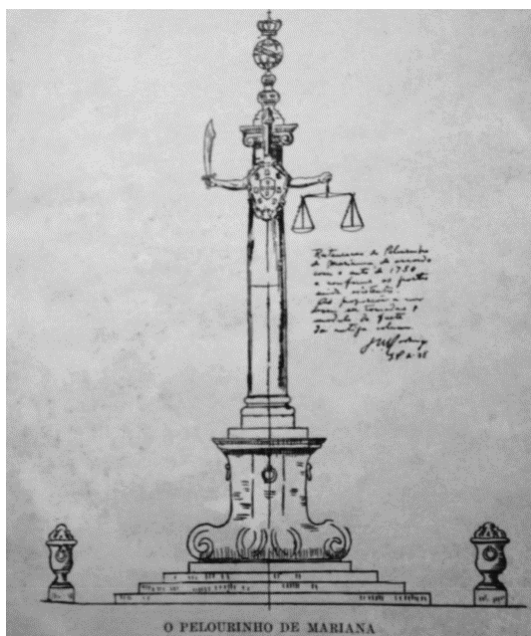


Figura 06: Desenho do pelourinho de Mariana feito a partir das características do “auto de arrematação de 1750”. **Fonte:** Vasconcelos (1947) apud. Pereira et al., (2015)

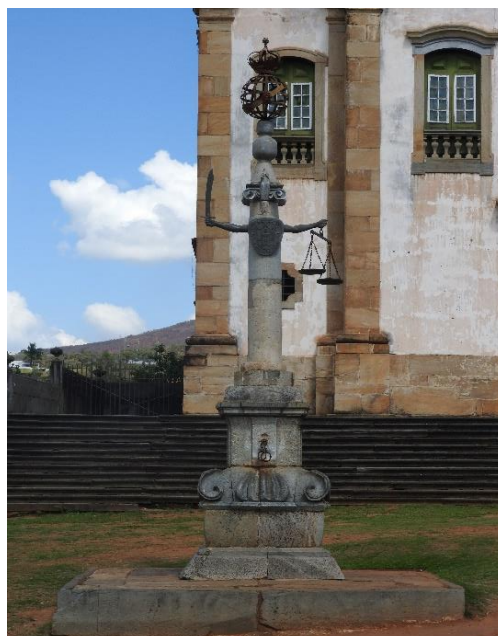


Figura 07: Fotografia atual do pelourinho de Mariana. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.

Como considerou Pereira et al. (2015), havia condições para que a obra do pelourinho fosse executada. Determinavam que as insígnias dos escudos deveriam ser pintadas

“das cores que propriamente pedirem as tais armas”, como está descrito no termo de arremate. Portanto, não se tratava apenas de uma representação de acordo com as estampas do usadas pelo rei, mas também de reconhecer as propriedades das cores ou dos esmaltes dos brasões:

No século XVII, as propriedades físicas da luz e das cores seriam estudadas por Isaac Newton e Christian Huygens, fixando-se novos paradigmas em oposição à tradição aristotélica que dava explicações ao fenômeno. Segundo essa tradição, as cores eram entendidas como uma qualidade visível, derivadas do branco e do negro. O amarelo, o vermelho e o azul eram concebidos como cores básicas ou nobres. Não por menos, as cores nobres figurariam nos brasões régios como forma de tornar visíveis as qualidades dos signos que representavam os predicados do rei. (Pereira et al., 2015).

Conforme Pereira et al. (2015), os valores de nobreza e poder eram representados pela cor vermelho que colore a coroa. A riqueza era representada pelas cores amarelo-ouro e dourado; já os valores de sobriedade e honestidade eram apresentados pela cor azul.

Segundo o autor António Manuel Hespanha (2010) apud. Pereira et al. (2015), as cores faziam parte de uma hermenêutica universal, na qual imagens autônomas poderiam ser recompostas conforme a necessidade da representação. É por meio dessa linguagem que as intenções da Coroa, pretensamente hegemônicas, se corporificavam e conferiam sentido aos símbolos do poder. Assim, no pelourinho, o lugar do poder régio e da municipalidade era de evidente distinção.

Concebido como o símbolo da autonomia local, o pelourinho consistia no padrão do município, que normalmente era erguido na praça, diante da câmara e da cadeia. Constituíam um instrumento e um testemunho da justiça municipal, assim como a prisão e a força, como salienta Pereira et al. (2015):

Emblema da jurisdição municipal, o pelourinho era composto, geralmente, por dois ou três degraus, encimado por uma coluna composta de base, fuste e capitel. Era feito de madeira ou pedra, com argolas e, por vezes, ornamentos de ferro, chumbo e bronze.

Nele, liam-se as determinações municipais, expunham-se os criminosos e se lhes aplicavam penas corporais. Com todo esse aparato de poder e punição, “as vilas ofereciam o clima adequado para se consolidar a ortodoxia”, embora nem sempre as estruturas fixadas fossem sólidas o suficiente. (Pereira et al., 2015).

Há suspeitas de que o pelourinho não seria um local específico para aplicação de penas de morte, como considerou Raminelli (1992) apud. Pereira et al. (2015) em seus estudos historiográficos através de relatos do século XVII, levantando a possibilidade de se pensar no pelourinho como lugar de “execução da cidade”; e pergunta-se se haveria diferença entre os fins do pelourinho e o da força.

De acordo com a documentação, o pelourinho não foi construído especificamente para ocupar o antigo Largo dos Quarteis (atual praça Minas Gerais), no termo de arremate não se especifica o local, a única exigência se diz respeito a ser erguido no largo de uma praça. Assim, a hipótese da existência de vários pelourinhos – anteriores ao termo de arremate de 1750 – se confirma, levando em consideração a grande quantidade de câmaras que o antigo arraial já apresentou, como explicam Pereira et. al (2015) em alguns trechos do livro:

Salomão de Vasconcelos, informa que a primeira câmara funcionou numa casa no Rosário Velho, pertencente a Pedro Frazão de Brito, juiz mais velho eleito em 1711.

Coberta de palhas e tendo aos fundos o inquieto Ribeirão do Carmo, a primeira câmara guardava muito da efemeridade e fragilidade dos primeiros tempos. O mesmo pode-se dizer da cadeia, que funcionava num rancho destruído por incêndio no ano de 1715. Como um todo, a vila recém-criada teria um caráter irregular e efêmero, com casas de pau-a-pique, ruas tortuosas e mal delineadas.

Entre 1731 e 1741, foi planejada e construída uma nova casa de câmara e cadeia, tendo sido aproveitado o massame da prisão antiga. Na ocasião, o local escolhido para a Casa de Câmara, Audiência e Cadeia foi a Praça da Matriz, ao fim da Rua Direita. Tal região, embora sofresse com as constantes cheias do Ribeirão do Carmo, seria valorizada com as reformas urbanas de 1745, que procuraram pôr fim aos infortúnios causados pelas inundações. Ao longo da primeira metade do século XVIII, foram frequentes as reformas nos prédios que abrigaram as cadeias em Mariana.

Com a criação do bispado na cidade de Mariana, outro prédio para abrigar a cadeia e a casa do concelho foi construído no antigo Largo dos Quartéis, na atual Praça Minas Gerais. Ao invés de apenas madeira, a nova estrutura contou com grossas paredes de pedra e adobe, menos suscetíveis às fugas. A nova casa de câmara e cadeia foi construída em terreno mais elevado e, portanto, menos sujeito aos incidentes das enchentes. (Pereira et al., 2015).

Ao longo de sua existência, o atual Pelourinho de Mariana passou por diversas intervenções, antes de sua efetiva reconstrução na Praça Minas Gerais. Observando pinturas, fotografias e associando-as com relatos populares e fatos históricos, podemos concluir pelas possíveis datas, as seguintes modificações e intervenções no bem:

- **1796 -1801**

Através do site sudoestesp.com.br, tivemos acesso à uma coleção de imagens do período colonial em Minas Gerais. Há um mapa de Mariana que reúne as qualidades de uma planta e de uma vista; parte dela se apresenta em elevação e outra em perspectiva, trazendo indicações sobre as inundações sofridas pela cidade, nos últimos anos do século XVIII.

Segundo Isa Adonias (1993) apud. sudoestesp, na extremidade direita, vemos indicada com a letra "R", a chamada Praça do Pelourinho, com a Casa de Câmara e Cadeia,

cujos fundos podem ser vistos pelo observador. À sua frente, temos a Igreja da Ordem Terceira do Carmo.

Para Isa Adonias o desenho deve representar o período de 1796 a 1801, pois nesse período foram concluídas as obras das Igrejas de São Francisco e do Carmo, que compõem com todas as suas características coloniais.

Neste mapa (fig. 08 e 09) podemos perceber a presença de um pelourinho menos adornado, razoavelmente simples, que segundo Roque Camellô, “a cidade de Mariana viu ser construído, na atual Praça Minas Gerais, outro pelourinho, um belo monumento de arte executado por José Moreira Matos.”

Seguindo basicamente a terminologia indicada para ser considerado um pelourinho: “inicialmente era feito uma coluna de madeira, mais tarde era trocado por uma em pedra, colocada em lugar público, em frente aos edifícios das Câmaras, para exposição do castigo do corpo que atingia o escravo revoltoso ou o desvalido, que era amarrado no pelourinho, para que seu suplício servisse de exemplo.” Campos (2006).



Figura 08: Mapa da Cidade de Mariana, (1796-1801). **Fonte:** Original manuscrito da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. O autor do mapa não foi identificado. Apud. Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais/676/>>.



Figura 09: Mapa ampliado da Cidade de Mariana (1796-1801). **Fonte:** Original manuscrito da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. O autor do mapa não foi identificado. Apud. Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais/676/>>.

- **1895**

Através desta pintura (fig. 10 e 11), temos um registro panorâmico da cidade de Mariana. Na ampliação feita, podemos perceber que o largo da Igreja de São Francisco de Assis apresenta-se sem o pelourinho. Tal pintura expressa um período logo após a Proclamação da

República em 1889, onde todos os pelourinhos do Brasil foram demolidos pela maioria da população. Segundo Adalgisa Arantes Campos (2006), tal ação se deu em sinal de vergonha pela violência da escravidão. Em Mariana não foi diferente, o símbolo do poder colonial também foi demolido, retirado da atual Praça Minas Gerais e descartado.



Figura 10: Vista geral da cidade de Mariana, provavelmente no ano de 1895, pintura de autoria de Alberto Delpino (1864-1942), óleo sobre tela. **Fonte:** A obra pertencente atualmente ao Museu Mineiro, localizado na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. Fotografia de Sabrina Delamore, 2016.

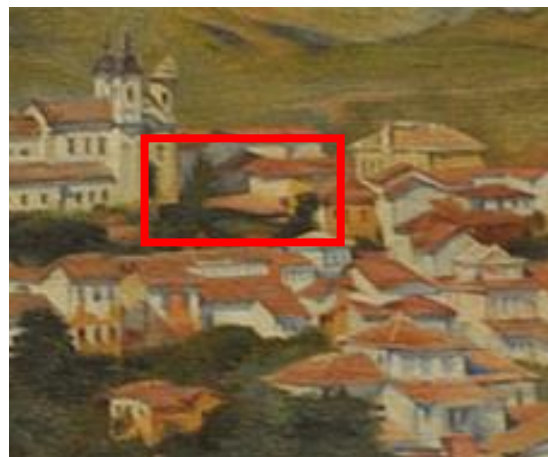


Figura 11: Vista geral da cidade de Mariana, provavelmente no ano de 1895, pintura de autoria de Alberto Delpino (1864-1942), óleo sobre tela. Ampliado. **Fonte:** A obra pertencente atualmente ao Museu Mineiro, localizado na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. Fotografia de Sabrina Delamore, 2016.

- **1896**

O símbolo do poder colonial demolido logo após a Proclamação da República 1889, permaneceu descartado da Praça Minas Gerais até meados do século XX. Em uma fotografia interessante, a parte em cantaria do pelourinho que temos hoje, aparece no largo da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção - Catedral da Sé (fig. 12).

Alguns moradores afirmam que tal monumento se deu em comemoração ao bicentenário da cidade de Mariana. Tal ato gerou bastante repercussão negativa sendo demolido e descartado aos fundos da atual Casa de Câmara e Cadeia da cidade.



Figura 12: Parte em cantaria do Pelourinho atual, estava no largo da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção (Catedral da Sé) – Praça da Sé. **Fonte:** Grupo do Facebook: Mariana no fundo do baú, enviado por Lauro Soares.



Figura 13: Praça da Sé (Largo da Catedral da Sé). Encontramos a mesma “casa” de força e distribuição de energia (mesma casa que aparece ao lado o monumento do bicentenário, fig.18). **Fonte:** Grupo do Facebook: Mariana no fundo do baú, enviado por Lauro Soares.

• Século XX

No início do século XX, a Praça Minas Gerais permaneceu sem grandes modificações urbanísticas, composta pelos três principais monumentos: Casa de Câmara e Cadeira, Igreja de São Francisco de Assis e Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Logo, como dito anteriormente, desde a Proclamação da República, o símbolo do sistema penal do Antigo Regime permaneceu externo do cenário da praça. Abaixo temos algumas fotografias que comprovam tal afirmação:



Figura 14: Fotografia da Praça Minas Gerais, ilustrando a situação urbanística do local, provavelmente da década de 1910. (Adendo: Nesta fotografia temos a presença de uma Capela ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Moradores da região, dizem que a referida Capela foi demolida no início do século XX.) **Fonte:** Ficha fotográfica do laudo técnico do Projeto de Revitalização da Praça Minas Gerais, pertencente ao IPHAN – do escritório de Mariana, de 2005.



Figura 15: Fotografia da Praça Minas Gerais, ilustrando a situação urbanística do local, provavelmente da década de 1930. (Adendo: Nesta fotografia não há mais a Capela ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Carmo.) **Fonte:** Ficha fotográfica do laudo técnico do Projeto de Revitalização da Praça Minas Gerais, pertencente ao IPHAN – do escritório de Mariana, de 2005.



Figura 16: Fotografia da Praça Minas Gerais, ilustrando a situação urbanística do local, bem como as comemorações religiosas e civis, provavelmente da década de 1940. **Fonte:** Coleção do Fotógrafo Márcio Eustáquio.



Figura 16: Fotografia da fachada frontal da Casa de Câmara e Cadeira na Praça Minas Gerais, ilustrando a situação urbanística do local, provavelmente da década de 1940. **Fonte:** Ficha fotográfica do laudo técnico do Projeto de Revitalização da Praça Minas Gerais, pertencente ao IPHAN – do escritório de Mariana, de 2005.



Figura 17: Fotografia da Praça Minas Gerais, ilustrando a situação urbanística do local, bem como as comemorações religiosas e civis, provavelmente da década de 1950. **Fonte:** Ficha fotográfica do laudo técnico do Projeto de Revitalização da Praça Minas Gerais, pertencente ao IPHAN – do escritório de Mariana, de 2005.



Figura 18: Fotografia da fachada frontal da Casa de Câmara e Cadeira na Praça Minas Gerais, ilustrando a situação urbanística do local, provavelmente da década de 1950. **Fonte:** Coleção do Fotógrafo Márcio Eustáquio.

- **1980 – 1990**

No ano de 1981, o Pelourinho de Mariana foi reerguido no largo da Igreja de São Francisco de Assis na Praça Minas Gerais, quando a cidade estava sob gestão do ex-prefeito Jadir Macedo (fig. 19 e 20). Segundo Adalgisa Arantes Campos (2006), tal bem foi reconstruído com parte das peças originais descobertas em um depósito nos fundos da antiga Casa de Câmara e Cadeira.

Em 1871, foi demolido, mas suas peças ficaram guardadas no almoxarifado municipal. Na administração do prefeito Jadir Macedo, deu-se sua recomposição no mesmo local e, em 16 de julho de 1980, já ornamentava a praça na solenidade do Dia de Minas. Defronte ao Pelourinho, foi construída a terceira sede da Câmara, obra iniciada em 1768 e concluída em 1798. Planejou-a José Pereira dos Santos e a executou José Pereira Arouca. (CAMELLÔ,2016).

A administração do ex-prefeito Jadir Macedo, ao decidir pela reconstrução pelas mãos de Augusto Amaral, provavelmente considerou o desenho do Salomão de Vasconcelos – feito a partir das características do “auto de arrematação de 1750 – como o mais viável e próximo do que se considerava “ser” um pelourinho. Percebe-se grandes semelhanças entre o desenho e o objeto de estudo nos dias atuais, se realizarmos comparações arquitetônicas e estilísticas (fig. 21, 22, 23, 24 e 25).



Figura 19: Fotografia da placa inserida no atual Pelourinho (vista posterior), à pedido do ex-prefeito Jadir Macedo. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.

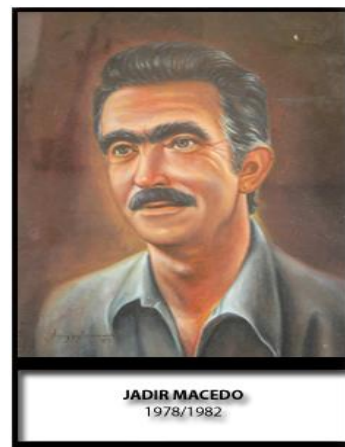
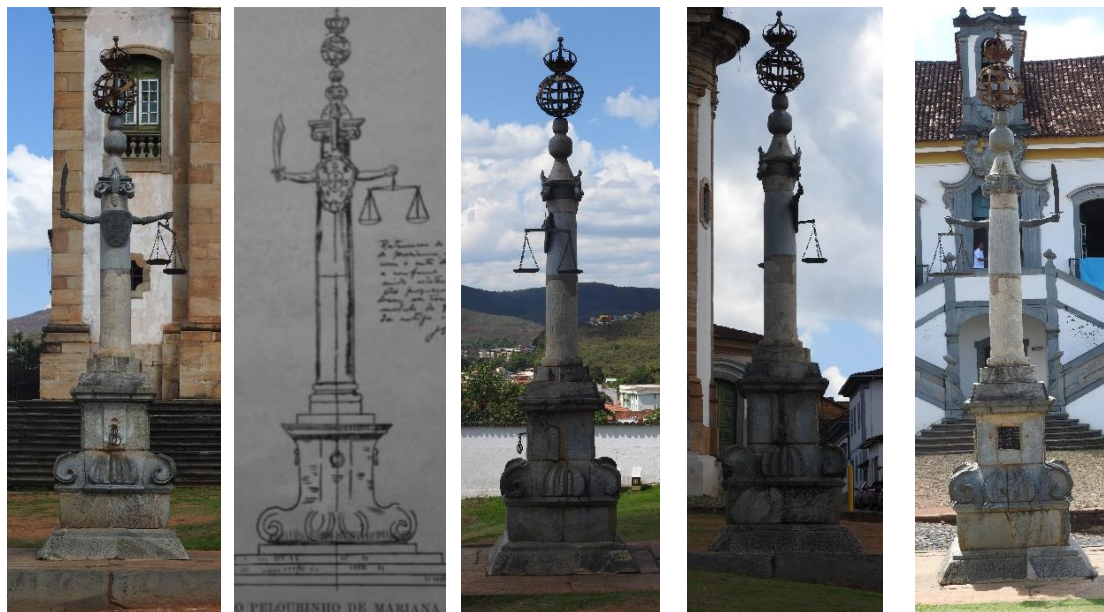


Figura 20: Fotografia de uma pintura presente na Prefeitura de Mariana, do ex-prefeito Jadir Macedo, ocupando o cargo desde 1978 até 1982. **Fonte:** <<http://www.mariana.mg.gov.br/galeria-de-ex-prefeitos>>.

Tal ação do referido ex-prefeito foi bastante criticada por moradores e profissionais em geral, pois, supostamente, o pelourinho “original” não apresentava os adornos em bronze que existem hoje (coroa, braços, espada, balança, correntes e brasão), além de entenderem que tal bem representa um “símbolo de opressão”. Tal crítica associada aos adornos deve ser levada em consideração visto que, se o respectivo desenho do Salomão de Vasconcelos (fig.06) serviu de alguma forma como inspiração para a reconstrução do bem em 1981, este desenho também pode ser uma “invenção”. Afinal, as construções realizadas no período colonial nem sempre eram finalizadas de acordo com o auto de arrematação, podendo ser modificadas durante a construção aos gostos de seu arrematante.

Além desses fatos, fica claro que as peças originais achadas na Câmara de Mariana pertenciam ao tal monumento erguido em homenagem aos 200 anos de Mariana, reforçando a hipótese de que sua reestruturação aconteceu aos moldes do desenho elaborado pelo Salomão de Vasconcelos, podendo ser considerado perante profissionais da área como um exemplo de “falso histórico”.



Figuras 21, 22, 23, 24 e 25: As quatro vistas do Pelourinho: 21) frontal; 22) desenho de acordo com o termo de arrematação, feito por Salomão de Vasconcelos; 23) lateral esquerda; 24) lateral direita e 25) posterior. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017

- **2006**

Em uma visita ao IPHAN/Mariana, constatamos que no ano de 2006 houve uma “Obra de Revitalização da Praça Minas Gerais”, sob os cuidados do IPHAN/Mariana e da Prefeitura de Mariana, através do antigo Programa Monumenta (Ministério da Cultura).

De acordo com o Memorial Descritivo do Projeto de Intervenção Urbana na Praça Minas Gerais, elaborado por Maciel et al (2003), o projeto de intervenção no espaço urbano da praça busca a recuperação da unidade do espaço público da praça, hoje fragmentado por uma diferenciação drástica nos tratamentos dos três espaços principais: o gramado lateral a adro da Igreja de São Francisco, o largo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e a plataforma com jardins e estacionamento da Casa de Câmara e Cadeia.

Para isso, adotou-se um único material com sutis variações de paginação, o quartzito bruto cravado no solo a cutelo, com gradações que variam entre o piso seco (junta seca) até a predominância da grama, intercalada à paginação da pedra conforme os percursos, atividades e hierarquia diagnosticados na configuração atual da praça. Essa solução de pavimentação, além de restituir a unidade do conjunto, apresenta a virtude de preservar o verde do gramado que atualmente caracteriza aquele espaço urbano, mantendo ainda a permeabilidade do solo, importante por evitar a sobrecarga da infraestrutura de drenagem do núcleo urbano, a evitar o comprometimento das áreas baixas críticas, mais alagadiças, como a praça Tancredo Neves e adjacências. Preserva ainda a ambientação contrastante entre a monumentalidade das escadarias em pedra e

a informalidade da praça gramada, o que reforça a relação entre o vazio da praça e os Monumentos Históricos a ela adjacentes.

É importante informar que conseguimos ter acesso aos seguintes documentos referentes a obra: Laudo técnico; Memorial Descritivo; Relatório Mensal de Avaliação de Obras (fig. 26 e 27); Solicitação de Embargo de Obras; Respostas à ofícios e o Projeto de Modificação. Raramente foi visto o nome Pelourinho nos documentos por escrito, exceto os desenhos simples que constavam no Projeto de Modificação (fig. 28).

Teoricamente, a obra não afetou o nosso objeto de estudo, sentimos que tal bem não foi considerado como algo importante, visto que os documentos por escrito tentam sempre visar a integridade física da Igreja de São Francisco de Assis, Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Casa de Câmara e Cadeia, bem como sua relação com o entorno imediato (comunidade Marianense).



Figura 26: Fotografia da execução da obra de revitalização da Praça Minas Gerais, (largo da Igreja de São Francisco de Assis) Mariana – MG. **Fonte:** IPHAN/Mariana. Relatório Mensal de Avaliação de Obras (Revitalização da Praça Minas Gerais). Nº1, Maio – Outubro de 2006.



Figura 27: Fotografia da execução da obra de revitalização da Praça Minas Gerais (largo da Casa de Câmara e Cadeira) Mariana – MG. **Fonte:** IPHAN/Mariana. Relatório Mensal de Avaliação de Obras (Revitalização da Praça Minas Gerais). Nº1, Maio – Outubro de 2006.

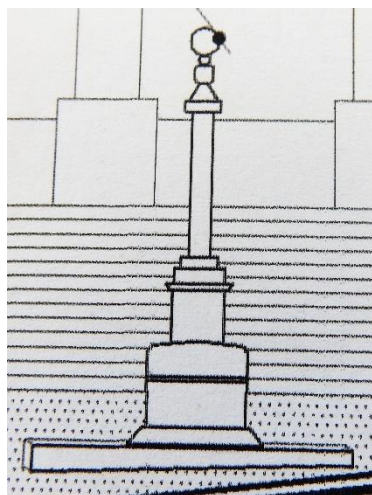
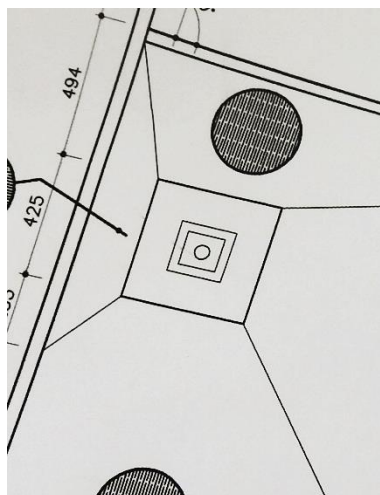


Figura 28: Fotografia do Projeto de Revitalização da Praça Minas Gerais (Projeto de Modificação), com o desenho em planta e vista do Pelourinho. **Fonte:** Projeto – IPHAN/Mariana. 2006. – Fotografia: Sabrina Delamore, 2017.

A atual versão do Pelourinho reconstruída, se apresenta com características barrocas pela ornamentação presente em sua base com curvas e contracurvas (fig. 35 e 36). Adalgisa Arantes Campos (2006), caracteriza que uma das estilísticas do Barroco, se apresenta pela preferência de diagonais, pelas curvas e contracurvas.

Além disso, observamos que há uma grande diferenciação de cores das cantarias utilizadas na reconstrução, confirmando mais uma vez, a utilização de pouco material “original”. A cantaria se apresenta bastante degradada, principalmente pela ação de intempéries em sua base e apresenta seus adornos de bronze em razoável estado de conservação.



Figura 31: Detalhe da coroa presente no Pelourinho. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 32: Detalhe do globo presente no Pelourinho, logo abaixo da coroa. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 33: Detalhe da coluna adornada com símbolos da justiça, em material metálico. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 34: Detalhe do capitel presente no Pelourinho. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 35: Detalhe da base da coluna ornamentada com curva e contracurva. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 36: Detalhe da ornamentação em curva e contracurva presente na base do pelourinho. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.

Por fim, cabe salientar que o referido mobiliário é um monumento que celebra a municipalidade de Mariana/MG, sendo utilizado como cartão postal da cidade ao representar uma estrutura típica do período da colonização que remete à Portugal e seu passado colonial, relembrando fisicamente/visualmente a história da escravidão, uma vez que no Brasil os pelourinhos estão integralmente associados ao castigo de pessoas escravizadas.

2.2 Aspectos socioculturais

Em suas imediações, o uso predominante é o residencial. Porém, locais comerciais e institucionais podem ser vistos no entorno imediato do Pelourinho em estudo, como o Colégio Providência (fig. 37), a Câmara de Mariana (fig. 38), e outros comércios de pequeno porte, como lojas, lanchonetes, ateliês de arte sacra etc. (fig. 39 e 40),



Figura 37: Colégio Providência – Ensino fundamental, médio e superior. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 38: Câmara dos Vereadores de Mariana. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017



Figura 39: Rua Professor Waldemar de Moura Santos, Rua Dom Silvério; totalmente comercial, com lojas, lanchonetes etc. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 40: Um dos ateliês de Arte Sacra, na Rua Dom Silvério. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017

A circulação de pedestres é frequente sobre as estreitas calçadas, sendo regularmente frequentado por turistas, moradores do bairro, comerciantes, estudantes, transeuntes etc. Observando o conjunto arquitetônico local e o cotidiano das pessoas que frequentam a Praça Minas Gerais e o seu entorno, podemos enquadrar essas famílias na classe média-alta. Segundo o IBGE, em 2014, o salário médio mensal no município de Mariana era de 3.2 salários-mínimos.

A infraestrutura local possui galeria de redes de esgoto e elétrica subterrâneas. Seu logradouro é totalmente pavimentado em pé-de-moleque (fig. 42).



Figura 41: Iluminação pública da Praça Minas Gerais totalmente subterrânea. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.

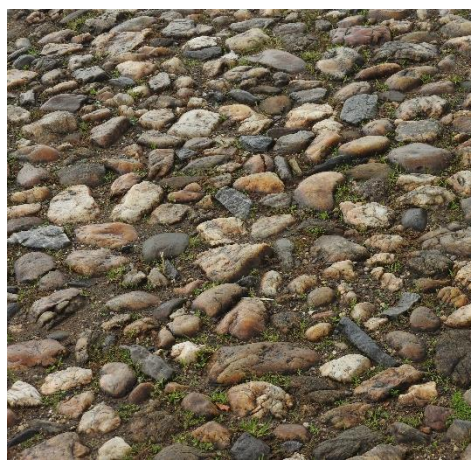


Figura 42: Praça Minas Gerais é totalmente pavimentado em pé-de-moleque em sua via. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.

A via comporta de maneira precária, dois sentidos de direção (fig. 43). O tráfego se faz principalmente por veículos de passeio, ocorrendo com bastante intensidade. As placas sinalização de trânsito neste entorno é satisfatória (fig. 44), porém não há nenhuma sinalização luminosa, dificultando o sentido de fluxo dos veículos entre a Rua Direita via Rua Waldemar de Moura Santos e Rua Dom Silvério. Em alguns locais, tais placas se encontram em locais inadequados, assim como as disposições de lixos domésticos nas calçadas (fig.45). No local não há lixeiras, moradores descartam o lixo em vários cantos. Há um hidrante no largo da Casa de Câmara e Cadeia (fig. 46). Não há pontos de ônibus, nas imediações desta praça.



Figura 43: Tráfego na Praça Minas Gerais na Rua Waldemar de Moura Santos. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 44: Sinalização da Rua Dom Silvério, perto da Praça Minas Gerais. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 45: Descarte inadequado de lixos nas imediações da Praça Minas Gerais. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 46: Hidrante no largo da Casa de Câmara e Cadeia. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.

Alguns eventos conferem a identidade ao local e do seu entorno, contribuindo para a sua relevância histórico-cultural, como:

Material: Igreja de Nossa Senhora do Carmo (fig. 47); Casa de Câmara e Cadeia (fig. 38); Igreja de São Francisco de Assis (fig.48); Palácio do Conde de Assumar (fig. 52); o Jardim de

Mariana (fig.xx); o Passo do Pretório (fig. 54); A Rua Direita (fig. 49); a Catedral da Sé (fig.50); Museu de Arte Sacra (fig. 51), etc.



Figura 47: Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Mariana, MG. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 48: Igreja de São Francisco de Assis de Mariana, MG. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 49: Rua Direita de Mariana, MG. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.

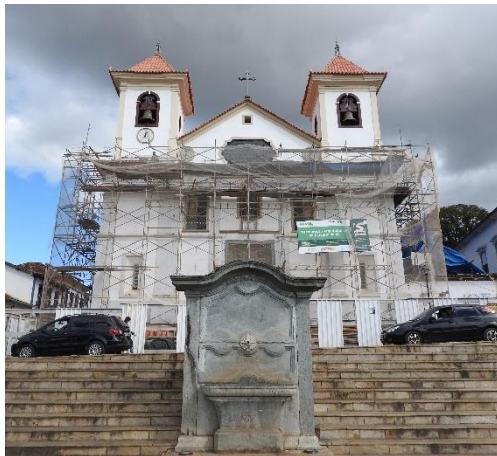


Figura 50: Catedral da Sé de Mariana, MG. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 51: Museu de Arte Sacra de Mariana, MG.
Fonte: Sabrina Delamore, 2016.



Figura 53: Jardim de Mariana, Mariana - MG. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2016.

Figura 52: Palácio do Conde de Assumar, ao lado da Igreja de São Francisco de Assis. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 54: Passo do Pretório, Rua Dom Silvério. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.

Imaterial: Eventos religiosos da Semana Santa (fig. 56); bloco Zé Pereira da Chácara no Carnaval (fig. 58); o Natal de luz (fig. 57); Festa do Divino (fig.60); o Encontro de Congados (fig. 55); a Procissão das Almas (fig. 59); Encontro Internacional de Palhaços (fig. 61); Dia de Minas (fig. 62), etc.



Figura 55: Encontro de Congados na Festa do Divino. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 56: Semana Santa – Procissão do Encontro. **Fonte:** Almanaque Mariana, 2017.



Figura 57: Decoração do Natal de Luz do ano de 2016, em Mariana – MG. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2016.



Figura 58: Bloco Zé Pereira da Chácara no Carnaval de Mariana de 2017. **Fonte:** Divulgação da Prefeitura de Mariana, 2017.



Figura 59: Procissão das Almas em Mariana, MG. **Fonte:** César do Carmo, 2016.



Figura 60: Festa do Divino com a Missa de Pentecostes na Igreja da Arquiconfraria de São Francisco dos Cordões, em Mariana - MG. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 61: Encontro Internacional de Palhaços em Mariana, MG. **Fonte:** <<https://www.flickr.com/photos/152826125@N04/sets/72157687504748842>>



Figura 62: Celebração do Dia de Minas, na Praça Minas Gerais em Mariana - MG. **Fonte:** Roberto Verona, 2016

Atualmente, o Pelourinho não exerce a função pela qual foi criado: ser um local para “exposição do castigo do corpo que atingia o escravo revoltoso ou o desvalido, que era amarrado no pelourinho, para que seu suplício servisse de exemplo.” Campos (2006). Seu uso

é voltado totalmente para o turismo, servindo de atração turística, sem deixar de fazer parte do cotidiano dos Marianenses que ali transitam.

O Pelourinho de Mariana, Minas Gerais, é mais do que um monumento histórico, é um símbolo das transformações sociais e culturais que o Brasil que sua representação vivenciou ao longo dos séculos. Sua presença física nos lembra da importância de refletir sobre nossa história, reconhecendo os erros e as injustiças cometidas, buscando promover a igualdade e os direitos humanos

2.3 Aspectos geográficos

Segundo Campos, A. e Oliveira, M. (2010):

A escolha para sede do primeiro bispado da Capitania revolucionou a antes pacata Vila do Carmo. Além da indispensável Catedral, símbolo inerente à dignidade de capital religiosa, fazia-se necessário um traçado urbano condizente com as novas construções compulsórias às atividades decorrentes do governo eclesiástico.

Essas modificações foram iniciadas na primeira metade do século XVIII, nesse mesmo período, além da reorganização urbana, algumas edificações foram construídas e adaptadas, a custo dos mineradores, para receber as autoridades jurídicas e eclesiásticas que se instalavam permanentemente na Vila.

Sendo assim, o atual perímetro histórico da cidade de Mariana é resultado de tais alterações, assumindo características citadinas próprias. Um exemplo disso é seu traçado viário reticular, desenvolvido para integrar e vincular todas as edificações com usos públicos e religiosos da época. Esse planejamento foi executado dessa forma pois, na área ocupada pelo antigo arraial aproximava-se dos cursos d'água, expondo ao risco de inundações, o que contribuiu para construção de um novo centro urbano nas áreas mais elevadas da cidade.

Como a topografia da região é composta por suaves declives, facilitou a elaboração de praças e jardins, o traçado das ruas pôde ser regular, além de evidenciar as principais construções como os templos, Casa de Câmara e Cadeia, construídas propositalmente em áreas de evidência. Segundo Campos, A. e Oliveira, M. (p.34, 2010) elucida que “Apesar das diferenças topográficas que condicionaram o traçado das ruas, é fácil perceber, a partir de pontos elevados, que as igrejas dominam a paisagem urbana das duas cidades, constituindo polos de atração para o desenvolvimento do casario.”

Sendo organizado a partir de duas principais ruas perpendiculares, o traçado originou um parcelamento de lote proporcional, pois gerou porções territoriais retangulares, ocupadas apenas nos primeiros um ou dois terços, ou seja, sem afastamento frontal, deixando livre para jardins particulares, tipologia tipicamente colonial. Tal conformação resultou em pequenas massas de vegetativas ao centro desses quarteirões, pequena parte remanescente até nos dias de hoje (Figura 4 e 8).

Outra característica que remete ao planejamento o século XVIII é a dimensão das ruas, mais largas, passeios estreitos, porém o calçamento não é o mesmo. Com a análise do entorno, pode-se perceber a uniformidade construtiva afirmada por Campos, A. e Oliveira, M. (p.31, 2010) diz que “Já em Mariana, predominaram amplamente as casas térreas em sequências regulares, ficando os sobrados restritos à única rua comercial dos tempos coloniais, (...)”. Ainda assim, podem ser encontrados alguns exemplares ecléticos e atuais neste cenário do século XVIII e XIX estabelecidos (Figura 64).

Ou seja, as edificações, em sua maioria, caracterizam-se por haver um pavimento ou no máximo dois, construídas de forma geminada, totalizando uma volumetria prismática contínua e homogênea em relação a ocupação territorial. Refletindo na cobertura, que acompanha a tipologia, permitindo a formação de duas águas - podendo variar de acordo como o bem está distribuído no lote - com inclinação de 35 a 40%, pois a utilização da telha paulistinha capa e canal prevalece, além da solução de escoamento de água conhecida como “galbo” também é recorrente (Figura 65 e 66).

Além disso, as fachadas comumente são abertas, compostas por uma entrada, e vãos de janelas alinhadas, fechadas com sistema de guilhotina ou à francesa no caso das edificações térreas. Já nos sobrados, as características repetem-se, mas no segundo pavimento, podem apresentar janelas rasgadas compondo sacadas inteiras ou individuais e as vergas são retas ou semi-circuladas. Ainda compondo as vistas posteriores os beirais são arrematados com cimalha recortada, ou guarda-pó e cachorros.

Para dar acabamento as características descritas acima, a gama tonal das construções não é muito diferente de outras cidades com mesma tipologia construtiva. O uso do branco nas paredes é quase regra. Entretanto nas vergas e preenchimento dos vãos são utilizadas cores institucionalizadas pelo IPHAN, são elas: ocre, vermelho, azul e verde colonial. Em algumas edificações, elementos de arrematação e estruturais aparentes como guarda-pós, cachorros, madres, colunas, respectivamente, também são policromadas com a mesmas cores.

Como parte das características desse estilo, os materiais constituintes que estão visivelmente presentes são as vergas, fechamento de vãos e peças estruturais feitas em madeira, além disso. Já nos pisos, algumas escadarias, embasamentos, até sacadas esculpidas pode-se identificar rochas como o quartzito, reconhecido por ser amarela rosada e o xisto, diferenciado por sua cor cinza ajulado, algumas dessas sacadas apresentam gradis metálicos (Figura 67, 68 e 69).

Os materiais citados acima são claramente identificados por integrar a parte ornamentada do edifício. No caso dos materiais e técnicas empregados na elaboração do mesmo pode-se deduzir pela tipologia da época. Como a arquitetura de terra era largamente usada aliada a alvenaria de pedra, provavelmente, as paredes externas das construções do perímetro histórico de Mariana são constituídas, em sua maioria de tijolos de adobe - topografia e disponibilidade de matéria prima possibilita o farto uso – além da utilização das rochas como peças estruturais e alvenaria.

Já as paredes internas são comumente utilizadas técnicas como pau-a-pique e estuque para não sobrecarregar a estrutura e para o revestimento argamassas de terra ou de areia e cal são parte dessa hipótese. Vale ressaltar que o que foi descrito acima é composição de construções coloniais, contudo, construções ecléticas, atuais citadas acima já englobam outros materiais, como a utilização de tijolinho maciço e furado, cimento, estruturas metálicas, entre outros.

Diante disso, o entorno em que o pelourinho é o perímetro histórico da cidade de Mariana, mesmo apresentando modificações significantes, permanece e prevalece e uniformidade tipológica que carrega suas características e adaptações ao longo do tempo.



Figura 64: Residência Eclética no cenário colonial. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 65: Demonstração de pequenas massas vegetativa. **Fonte:** Italo Mendonça, 2017.



Figura 66: Demonstração das tipologias de coberturas. **Fonte:** Italo Mendonça, 2017.



Figura 67: Volumetria da Rua D. Silvério. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 68: Fachadas da Rua D. Silvério **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.



Figura 68: Residências da Rua D. Silvério **Fonte:** Sabrina Delamore, 2017.

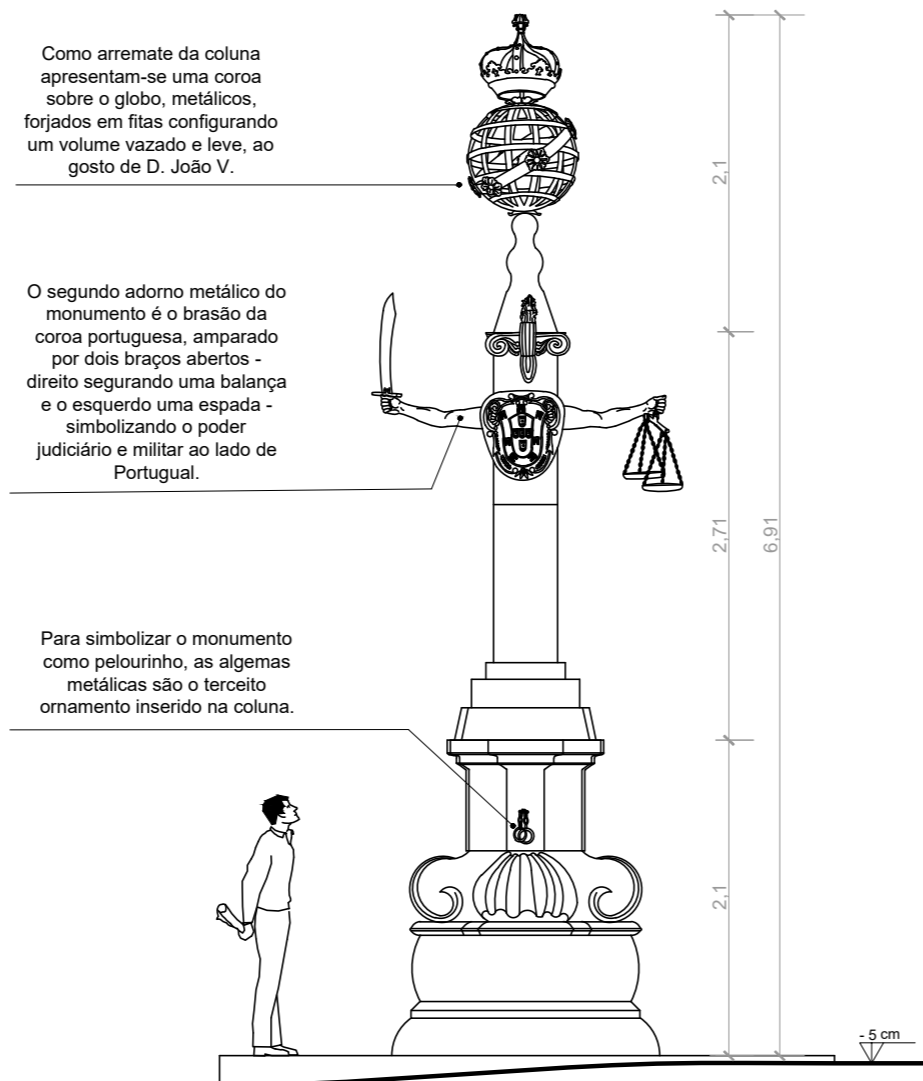
3. LEVANTAMENTO CADASTRAL

Para realizar o levantamento cadastral do Pelourinho, foram inicialmente executados croquis esquemáticos, fotografias macros e panorâmicas *in loco*.

Posteriormente, as medições foram realizadas com trena à laser com alcance de 30,00 m; trena metálica de 5,00 m e trena flexível de 10,00 m. Após as medições, foi iniciada a realização dos desenhos arquitetônicos com a utilização do software AutoCAD.

Os desenhos estão dispostos em duas pranchas no formato A3, contendo as seguintes informações:

- A. Prancha 01: Vistas;
- B. Prancha 02: Localização, Implantação e Planta Baixa.

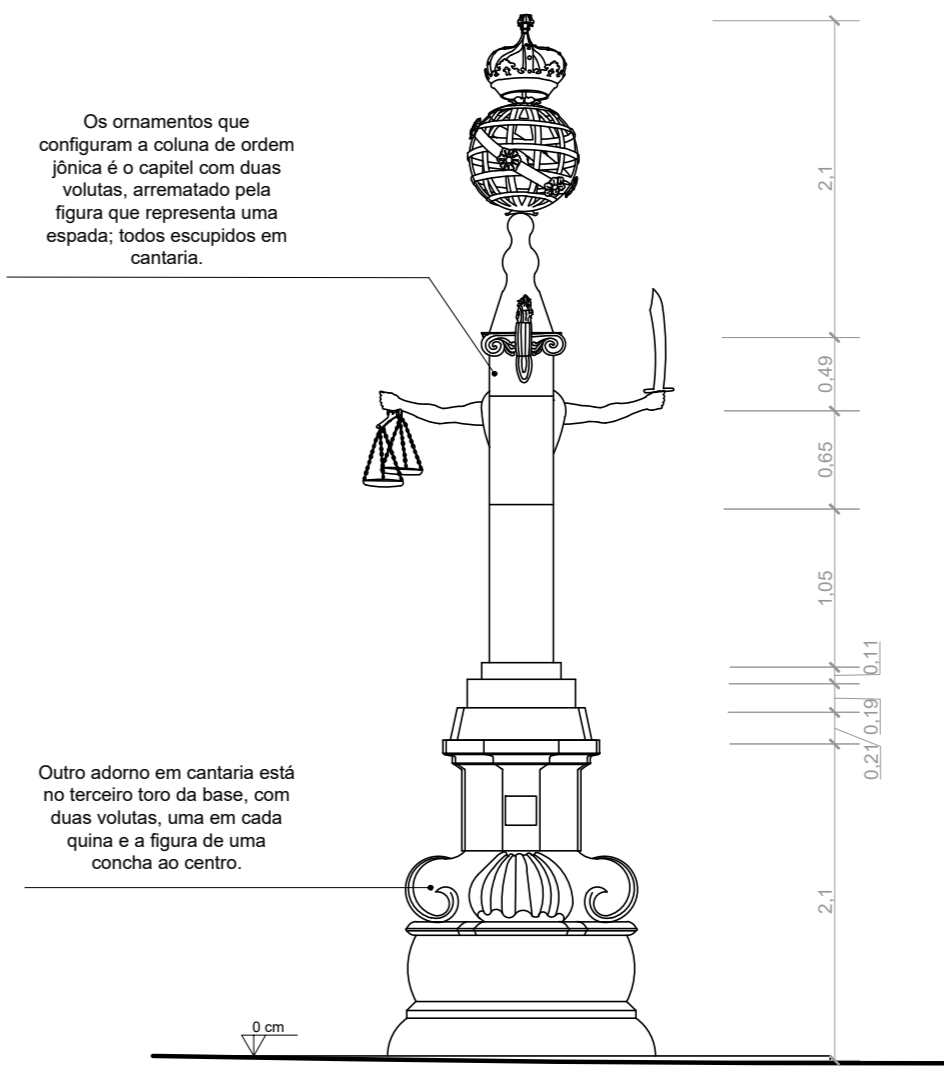


Como arremate da coluna apresentam-se uma coroa sobre o globo, metálicos, forjados em fitas configurando um volume vazado e leve, ao gosto de D. João V.

O segundo adorno metálico do monumento é o brasão da coroa portuguesa, amparado por dois braços abertos - direito segurando uma balança e o esquerdo uma espada - simbolizando o poder judiciário e militar ao lado de Portugal.

Para simbolizar o monumento como pelourinho, as algemas metálicas são o terceiro ornamento inserido na coluna.

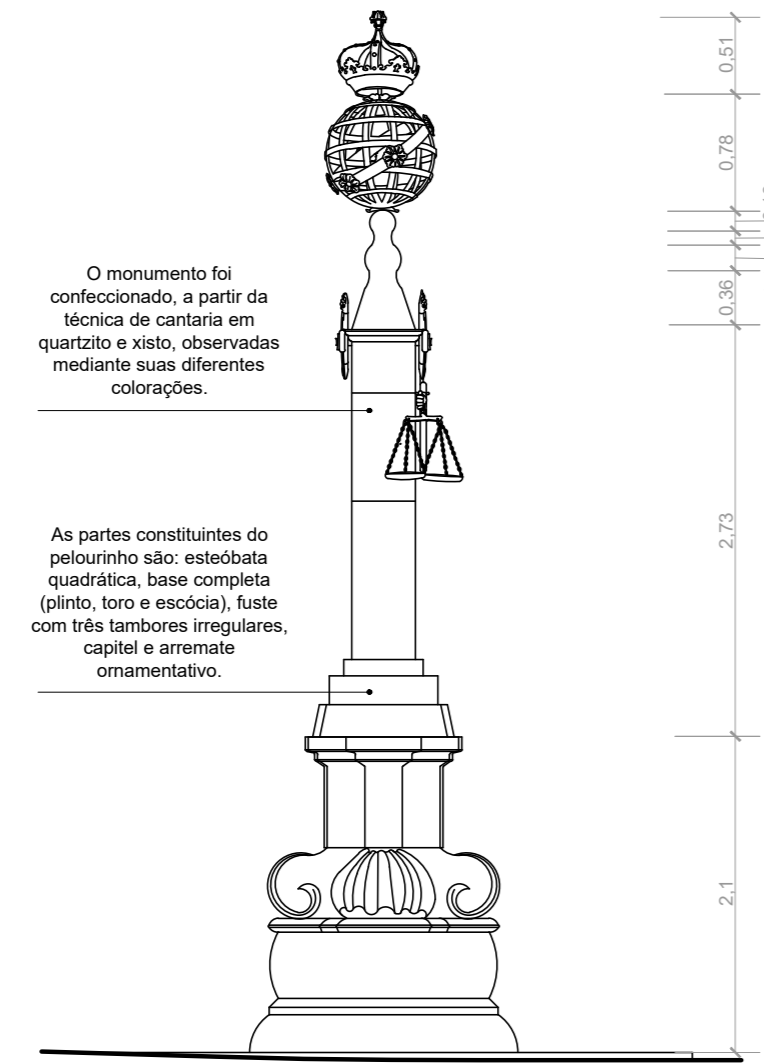
1 VISTA FRONTAL
1:20



Os ornamentos que configuram a coluna de ordem jônica é o capitel com duas volutas, arrematado pela figura que representa uma espada; todos escudidos em cantaria.

Outro adorno em cantaria está no terceiro toro da base, com duas volutas, uma em cada quina e a figura de uma concha ao centro.

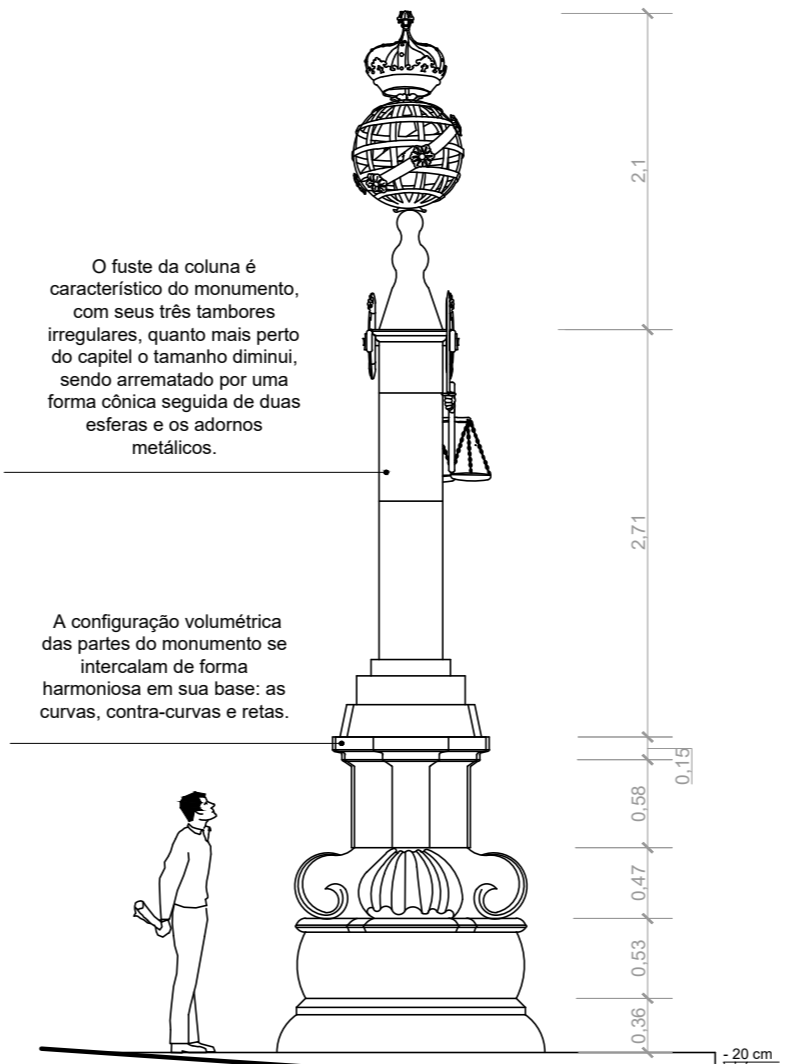
3 VISTA POSTERIOR
1:20



O monumento foi confeccionado, a partir da técnica de cantaria em quartzo e xisto, observadas mediante suas diferentes colorações.

As partes constituintes do pelourinho são: esteóbata quadrática, base completa (plinto, toro e escócia), fuste com três tambores irregulares, capitel e arremate ornamentativo.

4 VISTA LATERAL DIREITA
1:20

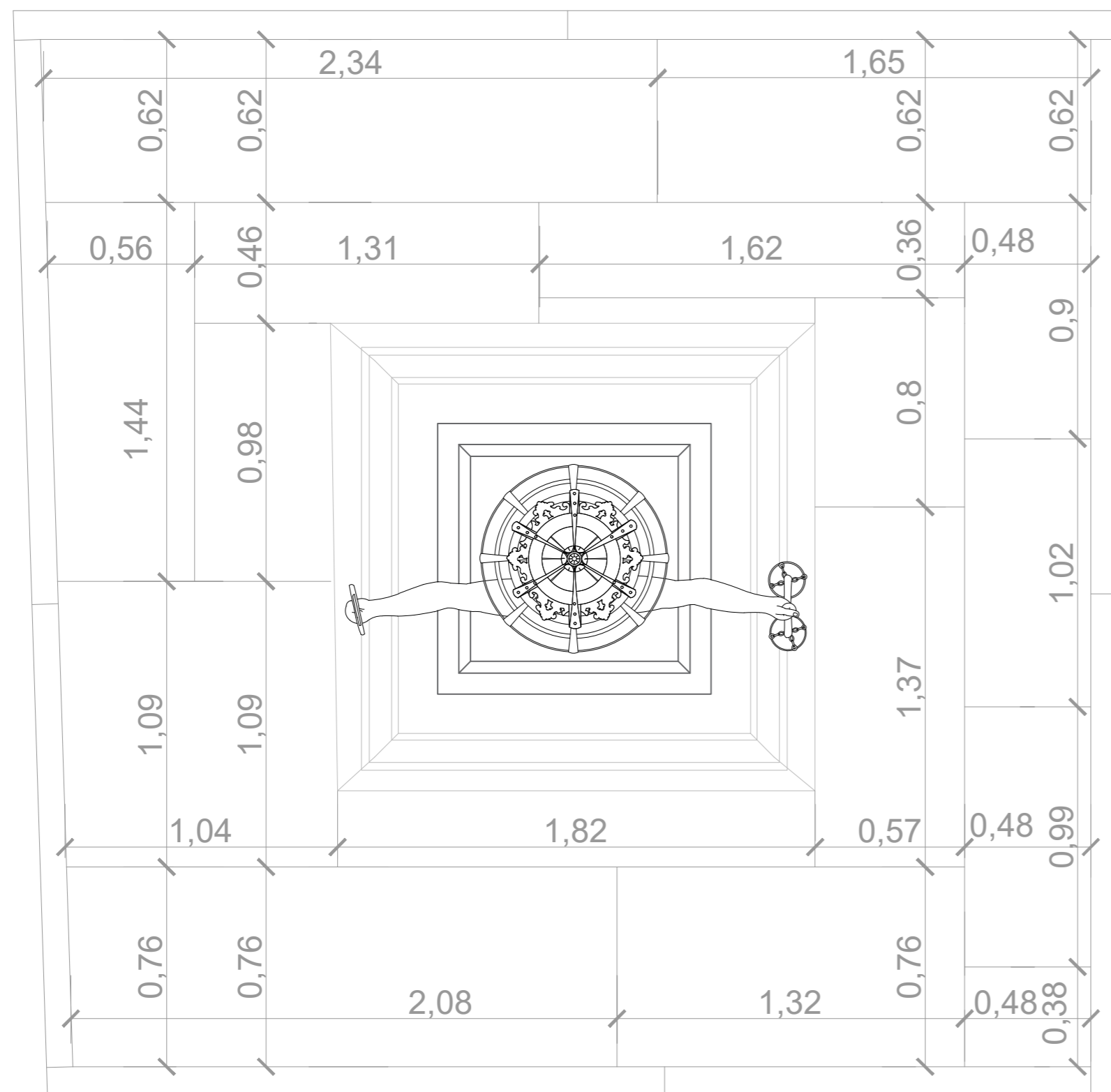


O fuste da coluna é característico do monumento, com seus três tambores irregulares, quanto mais perto do capitel o tamanho diminui, sendo arrematado por uma forma cônica seguida de duas esferas e os adornos metálicos.

A configuração volumétrica das partes do monumento se intercalam de forma harmoniosa em sua base: as curvas, contra-curvas e retas.

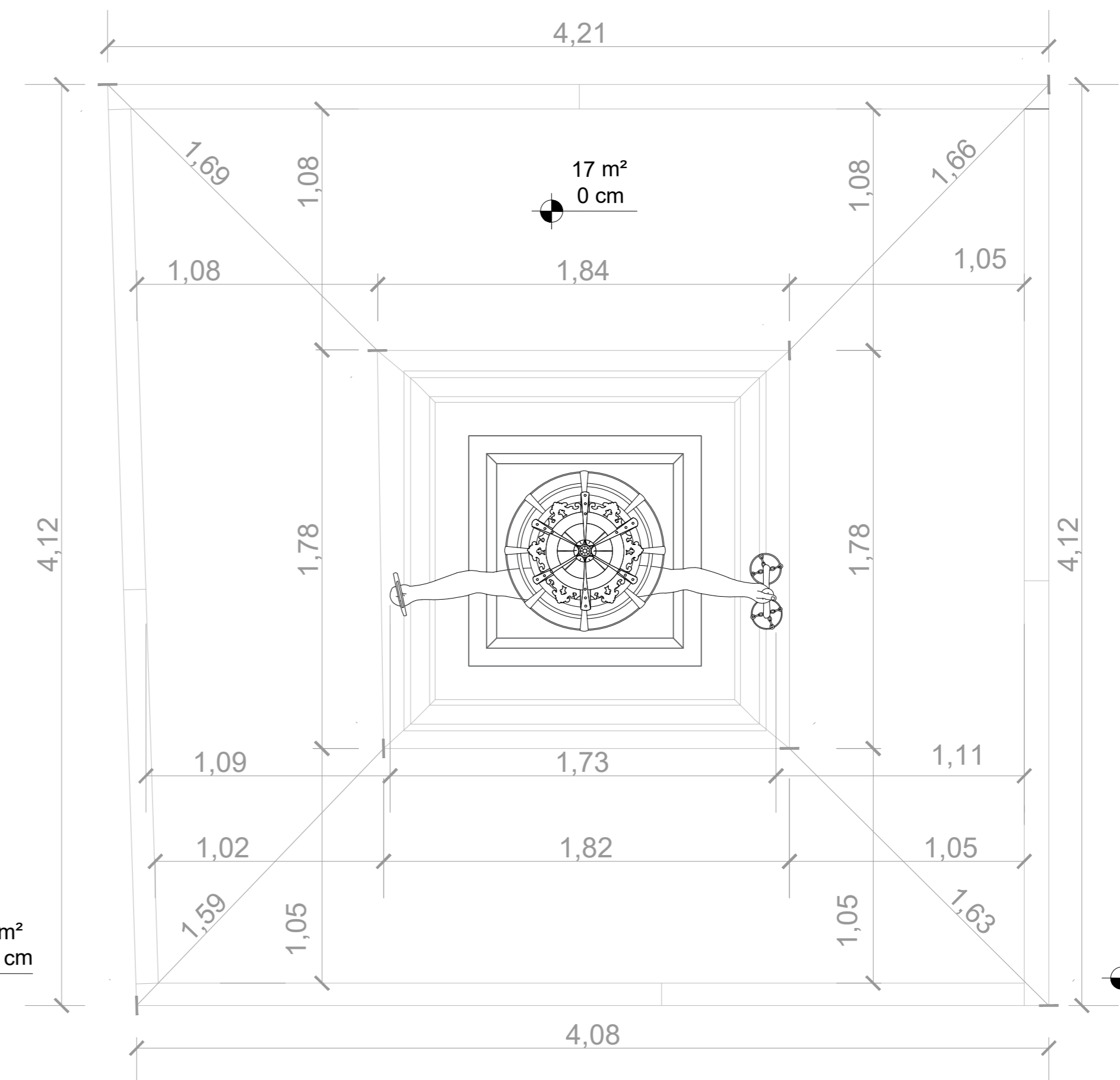
2 VISTA LATERAL ESQUERDA
1:20

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OURO PRETO			
CURSO: TECNOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS IMÓVEIS		TURMA:	
DISCIPLINA:			
DOCENTE:			
ASSUNTO: VISTAS			FOLHA: 01
ALUNO: SABRINA DELAMORE		DATA:	ESCALA: 1:20



5 VISTA SUPERIOR CALÇAMENTO
1:50

17 m²
- 20 cm

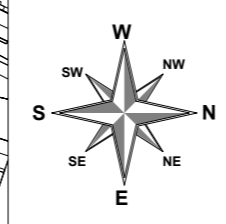


6 VISTA SUPERIOR
1:50

17 m²
- 5 cm



7 PLANTA DE SITUAÇÃO
1:25



INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OURO PRETO	
CURSO: TECNOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS IMÓVEIS	TURMA:
DISCIPLINA:	
DOCENTE:	
ASSUNTO: VISTAS SUPERIORES E PLANTA DE SITUAÇÃO	FOLHA: 02
ALUNO: SABRINA DELAMORE	ESCALA: 1:50 E 1:25

4. ASPECTOS ESTILÍSTICOS E CONSTRUTIVOS DO PELOURINHO

Como dito neste trabalho, o atual Pelourinho foi reconstruído com a finalidade de celebração ao bicentenário de Mariana (1896). Cumpre dizer que o ecletismo já estava difundido, assim o monumento foi concebido em seus moldes.

A técnica utilizada para confecção das peças é a cantaria, supostamente em quartzito e xisto, identificadas pela coloração típica. O Pelourinho por sua configuração é uma coluna, assentada em um estereóbato quadrado de apenas um degrau, seguido da base completa com plinto, toro e escócia que acompanha a forma do embasamento.

No primeiro toro, as quinas são ornadas com duas volutas que, entre elas apresentam frisos curvilíneos. Acima, encontra-se a escócia sem ornamentos, mas na face frontal do monumento estão fixadas duas algemas metálicas antecipando o segundo toro. Esse com acabamentos retilíneos contrapondo com o fuste da coluna que é composto por três tambores irregulares sobrepostos, os quais mantêm o diâmetro, mas diminuem a altura à medida que se aproxima com o capitel.

Esse elemento é de ordem jônica com quatro volutas, uma em cada quina e um ábaco simples e retilíneo, o qual serve de base para um elemento cônico que suporta uma esfera, seguida de dois elementos metálicos à moda de D. João V, o globo e a coroa. Além desses elementos descritos acima, o pelourinho contém dois ornamentos amais, um esculpido entre o último tambor e o capitel, sua figura aproxima-se de uma espada.

O outro elemento autônomo e metálico, mas fixado na altura do segundo tambor constituído por dois braços abertos, o direito em relação ao observador segurando uma balança e o esquerdo portando uma espada, ao centro um brasão que faz referência ao período de reinado joanino, representando o poder judiciário.

5. DIAGNÓSTICO

5.1 Mapeamento de danos

Após verificar o estado de conservação que o Pelourinho se encontra, foi realizado o diagnóstico que norteia a elaboração da proposta de intervenção. As patologias foram identificadas por meio do mapeamento de danos, com o auxílio da planta baixa e vistas.

Sem dúvidas, a patologia responsável pelos maiores danos na Capela de Bom Despacho é a umidade, proveniente ora da ação das chuvas, ora por umidade ascendente do terreno. A seguir, será disposto em pranchas o mapeamento detalhado dos danos com os agentes e suas causas prováveis.

Abaixo, temos a representação gráfica no formato A3, contendo as seguintes informações:

A. Prancha 01: Mapeamento de danos em Vistas.

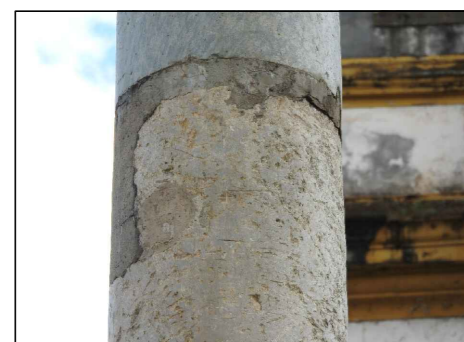


Fig. 3: No encaixe dos blocos da coluna (junta com o segundo tambor), há intervenções com argamassa cimentícia e resina epóxi. Há grande manifestações de vandalismo e sujidades em geral, que se repete por todo diâmetro do elemento.



Fig. 2: Na base ornamentada, há locais pontuais com impregnação de crosta negra, resina epóxi e alteração cromática. Nas argolas metálicas, há indícios de oxidação moderada.



Fig. 1: Base da coluna, com manifestação de crosta negra por toda sua área, principalmente nas cavidades naturais da cantaria. Tal dano se repete ao redor de todas as vistas do objeto em estudo. Há também, intervenções com argamassa cimentícia e resina epóxi nas juntas de encaixe e esquinas.

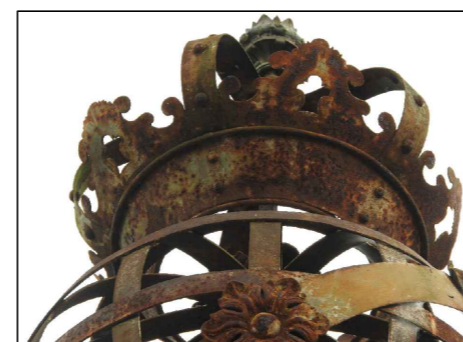


Fig. 4: São os elementos metálicos que mais apresentam sinais de oxidação, presentes em todas as vistas do elemento. Sua corrosão é intensa, pode ser associada à intempéries, além de sua própria liga metálica que previsava apresentar grande maleabilidade para confecção de suas chapas mais finas.

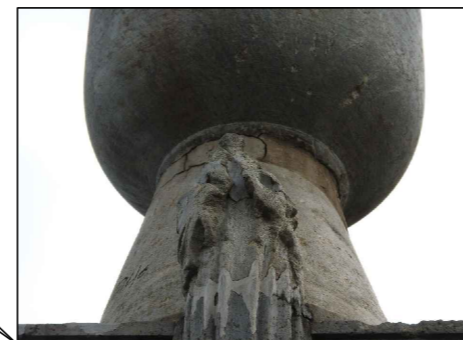


Fig. 5: Junta do arremate da coluna com intervenção em argamassa cimentícia, que se repete por todo diâmetro do elemento. Em seu capitel, há intervenções com resina epóxi em locais pontuais.



Fig. 6: A voluta do canto direito apresenta desgastes em suas extremidades, além da parte interior que está parcialmente perdida. Há sinais de vandalismo e crosta negra em sua extensão.



Fig. 9: Soco da coluna com grande impregnação de crosta negra e intervenções pontuais com resina epóxi. Tal dano repete-se ao redor de todas as vistas do elemento.

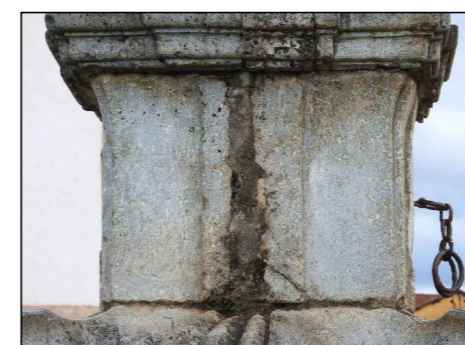


Fig. 8: Base da coluna com intervenção em argamassa cimentícia. Percebe-se algumas fissuras no local, além de vandalismo.

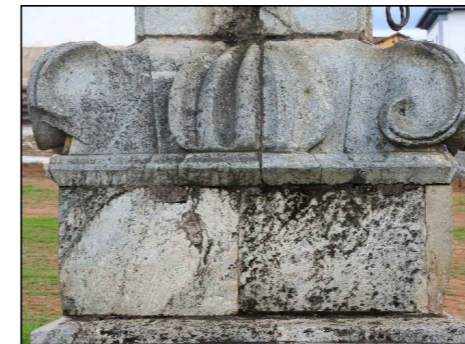


Fig. 7: Base da coluna com manifestação de crosta negra por toda sua área. Intervenções com argamassa cimentícia e resina epóxi nas juntas de encaixe e esquinas. Além disso, temos a presença pontual de fissuras e vegetações de pequeno porte.



Fig. 10: Junta do arremate da coluna com intervenção em argamassa cimentícia, resina epóxi e fissuras ocasionadas pela própria intervenção.

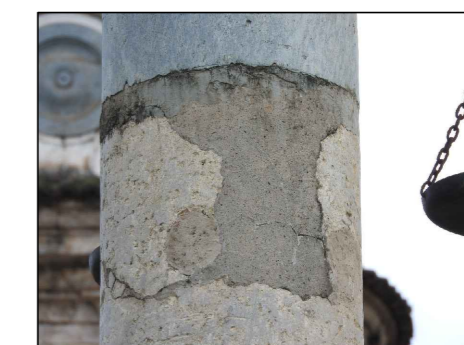


Fig. 11: Junta do segundo tambor com intervenções em argamassa cimentícia e resina epóxi. Há fissuras e vandalismo que se repetem em seu diâmetro.



Fig. 12: Base da coluna com crosta negra, biofilme e argamassa cimentícia.

1 VISTA FRONTAL
1:50

2 VISTA LATERAL ESQUERDA
1:50

LEGENDA	DANO	AGENTE	CAUSAS PROVÁVEIS	LEGENDA	DANO	AGENTE	CAUSAS PROVÁVEIS
	Crosta enegrecida	Ação direta a intempéries.	Exposição direta a ações climáticas, poluentes atmosféricos, sujidades em geral.		Biofilme	Musgos, líquens, fungos, bactérias.	Condições climáticas favoráveis (temperatura, umidade...), falta de manutenção.
	Desgaste do material pétreo	Ação humana, água, intempéries.	Intensa exposição às intempéries, grande circulação de pessoas e a umidade.		Vandalismo	Ação antrópica	Intervenções inadequadas (depredeção, pixação).
	Perda do material pétreo	Ação humana, ações mecânicas ou naturais.	Trepidação por fluxo de veículos, impactos mecânicos acidentais, degradação natural da rocha.		Oxidação de materiais metálicos	Ação de intempéries.	Mudança na estrutura metálica, degradação natural
	Fissura	Ação direta das intempéries, trepidação, ação humana.	Exposição à variação climática, intenso fluxo de veículos, intervenções anteriores, incompatibilidade de materiais.		Intervenções com argamassa cimentícia	Ação antrópica	Interação dos materiais divergentes, substituição anterior em maiores áreas de fragilidade e perda.
	Rachadura	Ação direta e intensa das intempéries, trepidação, ação humana.	Exposição às intempéries, intenso fluxo de veículos, interação dos materiais, intervenções anteriores, falta de manutenção, evolução da fissura.		Intervenções com resina epoxi	Ação antrópica	Interação dos materiais divergentes, substituição anterior em pequenas áreas de fragilidade e perda.
	Vegetação de pequeno porte	Transporte de sementes por aves e ventos.	Condições propícias para desenvolvimento (clima, substrato orgânico), falta de manutenção.		Alteração cromática	Ação de intempéries.	Interação com o meio, contato constante com umidade e degradação o material.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OURO PRETO

CURSO:	TECNOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS IMÓVEIS	TURMA:	
DISCIPLINA:	TCC		
DOCENTE:			
ASSUNTO:	VISTAS: FRONTAL E LATERAL ESQUERDA		FOLHA: 01
ALUNO:	SABRINA DELAMORE	DATA:	ESCALA: 1:50

5.2 Análise do estado de conservação

A estrutura atual do referido mobiliário urbano se encontra estabilizada, não apresentando nenhum tipo de trinca ou rachadura em seus elementos ornamentais em cantaria, nem quaisquer tipos de deslocamentos que comprometam seu suporte pétreo. Há quinas e juntas de encaixe que apresentam pequenas fissuras e trincas, sejam elas por incompatibilização de materiais (intervenções anteriores com resina epóxi ou argamassa cimentícia) ou da conformação natural da cantaria. Essa situação não altera, de forma drástica, o seu bom estado de conservação.

Nos elementos em cantaria, há sinais efetivos de vandalismo e sujidades totalmente generalizadas, caracterizadas por degradações humanas e acúmulo de poluição presentes no ambiente do qual se encontra inserido. Em áreas pontuais, principalmente em sua base, com manchas enegrecidas provenientes de intempéries e agentes biológicos, como fungos e líquens incrustantes. Há perdas e desgastes pontuais na cantaria, principalmente na ornamentação da base em voluta, nas juntas de encaixe, e nas esquinas da base e do tambor quadrangular que antecede as duas bases circulares para a coluna. Há vegetações de porte pequeno, nascendo nas frestas das juntas de encaixe, localizadas na base.

Os elementos de material metálico: argolas, braços, brasão, espada, balança, globo e coroa, estão em ótimo estado de conservação. As argolas, braços, brasão, espada e balança, apresentam pátinas consolidadas em suas superfícies, caracterizadas por cores esbranquiçadas, alaranjadas e esverdeadas, decorrentes do processo de oxidação, além das sujidades gerais provenientes do acúmulo de pó, oriundos do próprio ambiente. O globo e a coroa que foram executados em finas lâminas de ferro encontram-se bastante oxidados (aparência de ferro degradado, em estado de corrosão), apresentando em áreas pontuais de suas superfícies, uma cor esverdeada que pode ser explicada por duas hipóteses: 1) resquícios de tinta na cor verde, e/ou 2) resultados de pequenas aglomerações de agentes biológicos aliados ao processo de oxidação.

Não há nenhum registro oficial de proposta de intervenção feita no pelourinho desde o seu reerguimento em 1981, durante a gestão do ex-prefeito Jadir Macedo. Contudo, há indícios pontuais por toda cantaria (base, tambor quadrangular, bases circulares, coluna e capitel), que comprovam uma intervenção humana anterior, executadas utilizando algum tipo de resina epóxi ou argamassas cimentícias.

Em suma, seu estado de conservação atual apresenta boas condições estruturais. Mas, salientamos a importância da realização de uma restauração focada em um tratamento adequado de higienização dos elementos metálicos (inibição da oxidação) e dos elementos de sua cantaria como um todo, além da remoção dos agentes biológicos e intervenções humanas anteriores que apresentam necessidade de recuperação, realizando um preenchimento nas áreas de perda e desgastes, com massas apropriadas, compostas por material pétreo, pensando sempre na compatibilização efetiva dos materiais.

6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

6.1 Referencial teórico

A proposta de intervenção para o Pelourinho de Mariana é uma sugestão metodológica de tratamento, pensando na melhor adaptação ao bem, visto que as informações coletadas ao longo deste trabalho, forneceram subsídios para esboço de uma linha de intervenção, baseada na teoria ruskiniana e brandiniana, bem como nos conceitos da Carta de Veneza (1964) e a Carta do Restauro (1972).

Visto a importância histórica do Pelourinho, como símbolo do sistema penal do Antigo Regime, mostrando para a sociedade atual parte da história do Brasil, bem como a representação da vergonha pela violência da escravidão, sabemos que tal bem faz parte de uma memória coletiva municipal, quiçá nacional. Perante o exposto, John Ruskin destaca o potencial de memória que o monumento histórico desempenha, em função do valor histórico de que se reveste: “sustentava que a arquitetura era essencial à lembrança, sendo o meio mantenedor das ligações com o passado e a identidade coletiva. Nos edifícios antigos, por exemplo, pode-se perceber o valor incorporado pelo trabalho das gerações pretéritas, desde as moradias humildes às mais luxuosas.” (CHOAY, 2003, p. 139-141).

Visto a sua importância histórica, precisamos entender o que é uma restauração. Segundo BRANDI apud PAIXÃO, 2016, p. 49), a “restauração é qualquer intervenção destinada a devolver a eficiência a um produto da atividade humana”. Destaca ainda que “restaura-se só a matéria da obra de arte (...); o restauro deve observar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem apagar os traços da passagem da obra no tempo.” Assim, as intervenções realizadas devem ser identificáveis como uma marca distinta da época que a produziu, sem que se reduza a

restauração a uma mera recomposição estética, ou que se produza um falso histórico a partir dela.

De acordo com a Carta de Veneza (1964, p. 02, Art.9º), a restauração “tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. A restauração deve terminar onde começa a hipótese. As reconstituições devem ser por razões estéticas ou técnicas e ser destacadas mostrando a marca do nosso tempo na composição arquitetônica.”

A Carta do Restauro (1972, p. 02, Art. 6-2), desestimula as “remoções ou demolições que apaguem a trajetória da obra através do tempo, a menos que se trate de alterações limitadas que debilitem ou alterem os valores históricos da obra ou de aditamentos de estilo que a falsifiquem.”

O restauro caracteriza-se como uma intervenção direta sobre o bem cultural, que deve ser considerado somente em último caso. As ações a serem realizadas no bem, devem ser precedidas por medidas de conservação e/ou preservação, que não acarretem intervenções drásticas sobre a matéria que constitui o objeto. Somente depois de constatadas a impossibilidade de tais medidas (quando a preservação e/ou conservação não forem suficientes para garantirem a proteção do imóvel), deve-se realizar a restauração. Segundo KUHLMANN (2007), os princípios apresentados para o restauro são os da distinguibilidade, da reversibilidade e da mínima intervenção. Tais preceitos visam assegurar que o restauro seja realizado segundo um processo metodológico, desenvolvido com intuito de permitir a transmissão do bem cultural às futuras gerações, sem suprimir ou alterar as marcas do tempo sobre ele:

Deve-se atuar com uma unidade conceitual e metodológica – baseada em princípios tão bem e consistentemente enunciados por Brandi e os quais fundamentam correntes do restauro na atualidade: distinguibilidade, retrabalhabilidade, mínima intervenção, compatibilidade técnica –, voltados para uma responsável transmissão do bem, da melhor maneira possível, para as próximas gerações. (KUHLMANN, 2007, p.13)

A elaboração e a execução de um Dossiê de Restauração são processos bastante complexos, que envolve o valor intrínseco que bem cultural apresenta por si só. É preciso um estudo particular de cada caso, onde a intervenção que será apresentada, deve ser analisada em menção às diversas implicações com todo. É preciso realizar um diagnóstico preciso, analisando a constituição do bem perante sua historicidade, sua inserção no meio urbano, histórico ou rural, suas características arquitetônicas (originais ou acrescentadas), seus materiais constituintes, etc.

O conhecimento e a familiaridade com as características construtivas e arquitetônicas do bem evitam intervenções equivocadas que podem comprometer a autenticidade, causando consideráveis perdas do bem cultural. Logo, toda ação sobre o bem deve ser definida a partir da relação estabelecida entre o contexto cultural, histórico e espacial que o cerca. Tais questões são descritas na Carta de Restauro de 1972:

A realização do projeto para a restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos etc.), relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas etc., para obter todos os dados históricos possíveis. O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica, interpretada também sob o aspecto metrológico, dos traçados reguladores e dos sistemas proporcionais e compreenderá um cuidadoso estudo específico para a verificação das condições de estabilidade. (Carta do Restauro, 1972, p. 02, Art. 6-2)

Desta forma, tendo como vertente tais fundamentações teóricas, o caráter essencial que será adotado neste projeto é o de mínima interferência física e espacial, realizando uma conservação das estruturas existentes, mantendo as características dos materiais e a sua estética.

Todos os serviços a serem executados, foram pensados para proporcionar o prolongamento da vida útil do bem, garantindo sua preservação e integridade. Diante o exposto, propomos para bem (cantaria e objetos metálicos), uma limpeza superficial, a fim de eliminar os danos causados por sujidades, oxidações e pelos agentes biológicos (crosta negra e biofilme). Além disso, é preciso realizar a remoção das vegetações de pequeno porte e a recuperação de algumas próteses que estão se destacando, realizando recomposições e preenchimento em áreas pontuais.

Salientamos também, após intervenções, a importância de um plano de conservação preventiva, com ensina (BRANDI, 1977, p. 54-55):

O restauro preventivo serve como tutela, remoção de perigos e garantia de condições favoráveis. Não consiste apenas em intervenções práticas sobre a matéria da obra, mas em qualquer procedimento que assegure, no futuro, a conservação desta como imagem e matéria.

Por fim, com a intenção de contribuir para o conhecimento popular sobre tal mobiliário urbano, proponho também, a inserção de uma placa de identificação autoexplicativa, com o objetivo de divulgar as informações bibliográficas levantadas neste dossiê, com referências históricas e arquitetônicas, dando condições para que os cidadãos e visitantes possam conhecer as razões pelo qual este bem permanece erguido.

Alguns monumentos (fig. 02) no entorno do Pelourinho, já apresentam tal placa de identificação (fig. 04 e 05). Por isso, aconselhamos a confecção de uma placa metálica simples, retangular, sem destaque colorístico, com uma gravação explicativa a ser definida junto aos órgãos competentes, tornando-os cientes de que ao fornecer conhecimento, é possível minimizar os atos vandálicos e a propagação falsa de sua historicidade.

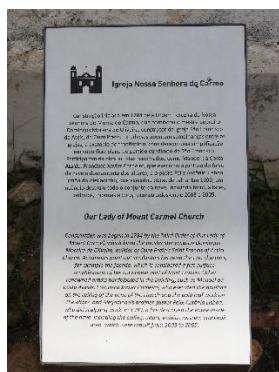


Fig. 69: Parte superior da placa de identificação da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Mariana – MG. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2018



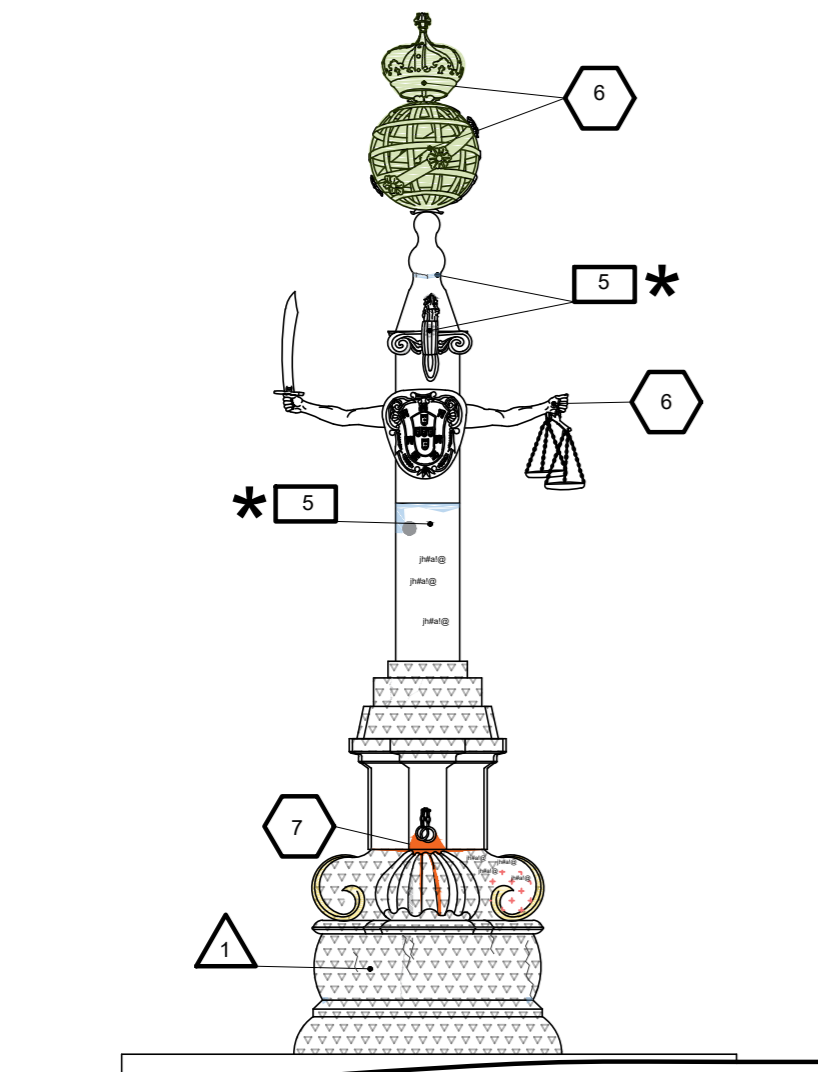
Fig. 70: Vista frontal da placa de identificação da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Mariana – MG. **Fonte:** Sabrina Delamore, 2018

6.2 Proposta gráfica de tratamento

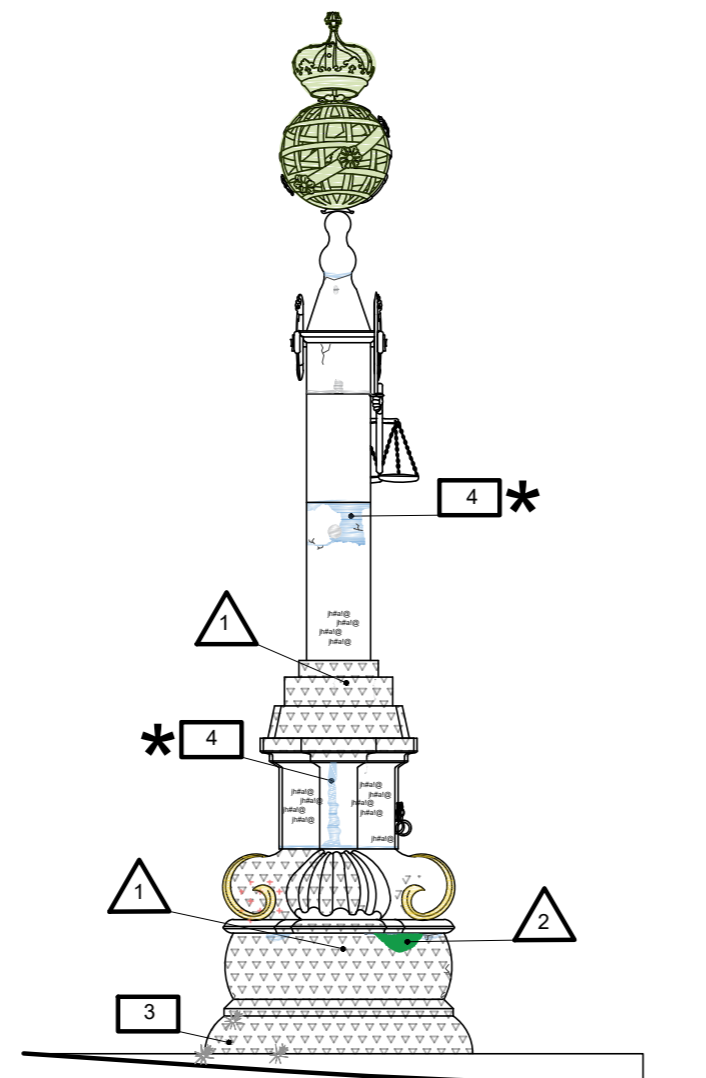
Dispondo de todas as informações e elementos gráficos base, apresenta-se a seguir, a proposta gráfica de tratamento dos danos identificados e explanados em capítulos anteriores.

A representação gráfica está em formato A3, contendo as seguintes informações:

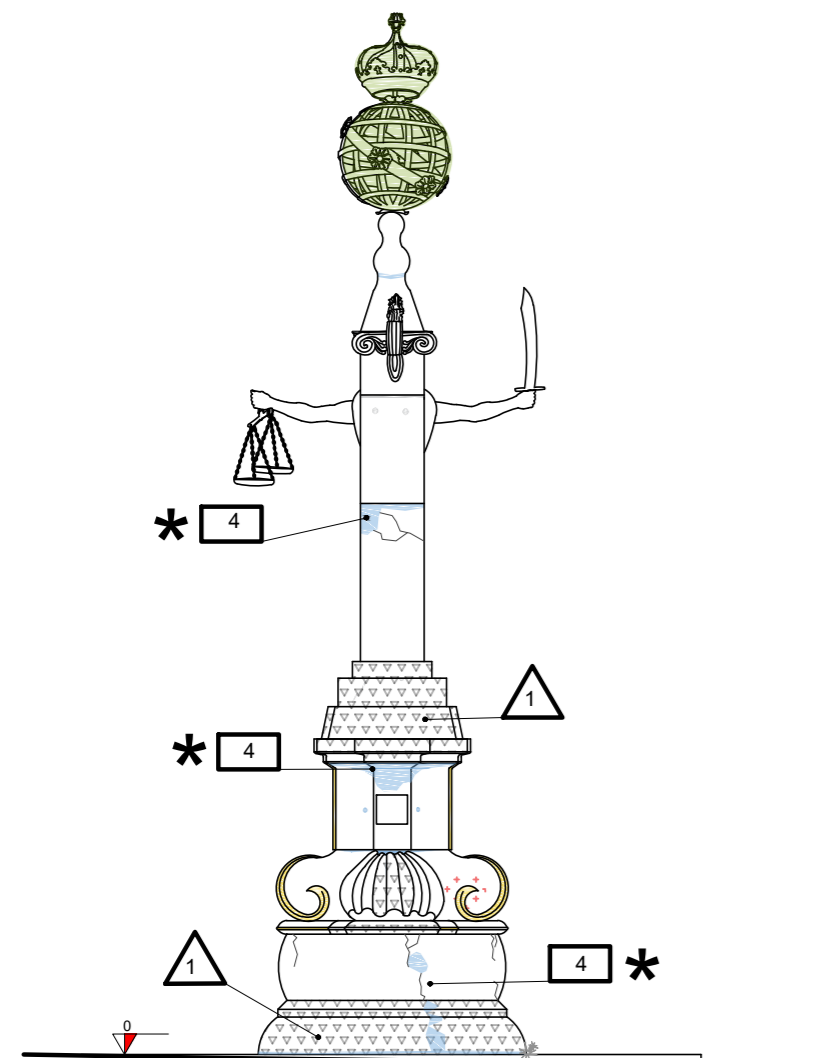
A) Prancha 01: Proposta de tratamento dos danos em Vistas.



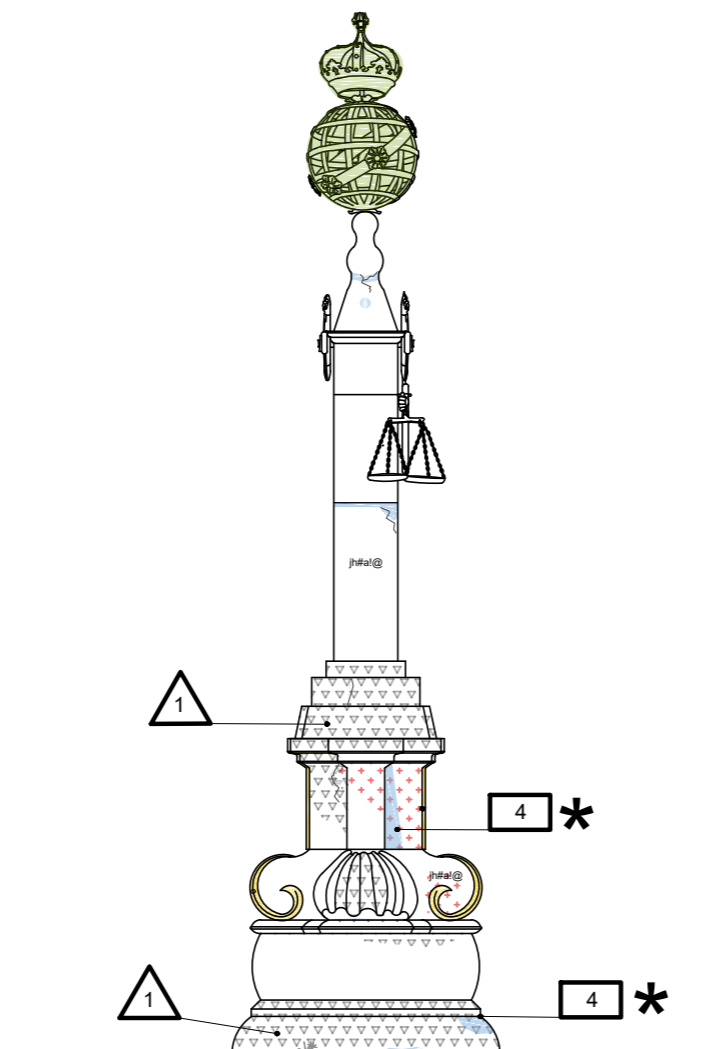
1 VISTA FRONTAL
1:50



2 VISTA LATERAL ESQUERDA
1:50



3 VISTA POSTERIOR
1:50



4 VISTA LATERAL DIREITA
1:50

TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DO MÉTODO
LIMPEZA △	Limpeza a seco do suporte para sujidades superficiais. Com uma escova de nylon, em movimentos suaves e circulares sobre a superfície seca, espera-se que a pátina seja retirada sem agredir a rocha.
	Higinização da superfície pétreo, afim de retirar todas as impurezas e materiais acumulados. Para isso, pulveriza-se na superfície água deionizada e com uma escova de nylon macia, realiza-se suaves movimentos circulares até que as sujidades sejam desprendidas e a rocha volte ao seu aspecto natural. O resultado satisfatório é obtido quando a pátina é retirada sem esforço e nenhuma agressão ao suporte.
	Retirada de todas substâncias, sujidades e materiais impregnados na superfície. Desse modo, sobre parte da superfície aplica-se uma polpa de papel artesanal triturada, embebido em EDTA a 2% em água deionizada, o qual é envolvido por um plástico para que sua atuação seja efetiva. Após o tempo determinado, retira-se a polpa e o excesso é eliminado com água deionizada. Caso for necessário usa-se a escova de nylon para sujidades insistentes.
REMOÇÃO □	Para a remoção da vegetação de pequeno porte na base do pelourinho, é indicado a retirada manual das plantas, ou com um <i>trowel</i> de jardinagem, afim de não danificar a rocha e retirar delicadamente toda vegetação.
	As próteses de argamassa cimentícia e resina epóxi que apresentam desprendimento devem ser retiradas. Diante disso, deve-se utilizar cinzeis e um martelo de borracha para que sejam retiradas aos poucos e delicadamente. Pois podem agredir a rocha devido sua grande força de adesão, exigindo maior atenção no processo.
REMOÇÃO ⬡	Retirada da camada da oxidação dos elementos metálicos e a alteração cromática na rocha, podem ser retirados com swab umedecido em álcool absoluto, aplicado em movimentos circulares e em pequenas regiões, para que a camada oxidada seja removida sem esforço, sem agredir a superfície do material.
	Para oxidação profunda no metal, utiliza-se uma solução de ácido clorídrico e água deionizada na proporção de 1:4, aplicada com swab umedecido, em movimentos circulares de modo que a superfície interaja com a mistura e a oxidação seja retirada sem agredir o substrato.
PREENCHIMENTO *	Processo largamente utilizado nas intervenções com cantaria, as próteses são feitas com resina e pó de mármore ou arenitos, neste caso, propõe-se a feitura de uma massa com resina acrílica e pó de mármore (traço 1:3), caso necessário utilizam-se pigmentos minerais alcançar o tom próximo ao da rocha a ser complementada. Sua aplicação é feita com espátulas odontológicas, pois as lacunas são de tamanho reduzido e necessitam de maior cuidado.

- OBSERVAÇÕES:

- 1) Todas as medidas e percentagens propostas neste dossiê devem ser conferidas in loco;
- 2) Os procedimentos descritos acima devem ser realizados com acompanhamento dos profissionais responsáveis, cada etapa deve ser realizada cuidadosamente e com testes, além de ser devidamente documentada.

LEGENDA	DANO	AGENTE	CAUSAS PROVÁVEIS
▽▽▽	Crosta enegrecida (1)	Ação direta a intempéries.	Exposição direta a ações climáticas, poluentes atmosféricos, sujidades em geral.
⊞	Biofilme (2)	Musgos, líquens, fungos, bactérias.	Condições climáticas favoráveis (temperatura, umidade...), falta de manutenção.
■	Alteração cromática (3)	Ação de intempéries.	Interação com o meio, contato constante com umidade e degradação do material.
☼	Vegetação de pequeno porte (4)	Transporte de sementes por aves e ventos.	Condições propícias para desenvolvimento (clima, substrato orgânico), falta de manutenção.
■	Intervenções com argamassa cimentícia (5)	Ação antrópica	Interação dos materiais divergentes, substituição anterior em maiores áreas de fragilidade e perda.
■	Intervenções com resina epoxi (6)	Ação antrópica	Interação dos materiais divergentes, substituição anterior em pequenas áreas de fragilidade e perda.
■	Oxidação de materiais metálicos (7)	Ação de intempéries.	Mudança na estrutura metálica, degradação natural

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO PRETO

CURSO:	TECNOLOGIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS IMÓVEIS	TURMA:	
DISCIPLINA:			
DOCENTE:			
ASSUNTO:	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO GRÁFICA	FOLHA:	01
ALUNO:	SABRINA DELAMORE	DATA:	
		ESCALA:	1:50

6.3 Serviços preliminares

6.3.1 Limpeza do entorno imediato

Antes do início da mobilização do canteiro de obras, a área de entorno imediato do Pelourinho de Mariana deverá receber os serviços de limpeza e corte da grama (aparar). A área de abrangência para esses serviços deverá compreender todo o trecho do largo da Igreja de São Francisco de Assis, em uma circunferência de raio igual a 15 metros, considerando o Pelourinho como o centro da mesma.

Considerando que a área de abrangência da obra de restauração está inserida no conjunto urbano tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os serviços de limpeza e corte da grama (com roçadeira lateral) deverão ser realizados somente após a autorização oficial do IPHAN e da Prefeitura de Mariana.

6.2.2 Mobilização do canteiro de obras

O canteiro de obras e suas instalações deverão ser executados conforme a legislação de posturas do município de Mariana e as normas de higiene, segurança e medicina do trabalho.

Em atenção às características geográficas e naturais da área de abrangência dos serviços contemplados por este Dossiê, deverá ser instalado o tapume de vedação ao redor do Pelourinho, respeitando o afastamento mínimo de um metro em relação às extremidades do bem cultural – levando em consideração o patamar (calçada) onde o Pelourinho se encontra erguido.

Os limites do canteiro de obra deverão compreender toda a área necessária para o isolamento e proteção do Pelourinho, bem como possibilitar a realização de todos os procedimentos necessários para sua restauração, porém essa estrutura deverá se limitar a área do largo da Igreja de São Francisco de Assis, de forma a não bloquear e impedir o trânsito de pessoas na via de acesso aos bens culturais do local.

Deverá ser construído no local (de preferência ao lado do muro de arrimo da Igreja de São Francisco de Assis), um pequeno depósito para materiais e instalação um banheiro móvel. Para a fixação do tapume poderão utilizadas algumas estacas cravadas no largo.

Destaca-se que as estruturas do tapume, bem como dos andaimes e plataforma de trabalho que foram necessários para a execução dos serviços não poderão apoiar-se nas estruturas do Pelourinho. O tapume deverá ter altura mínima de 2,20 metros em relação ao nível

do térreo em que estiver implantado e a poderá ser executado em estrutura de madeira ou metálica. As placas de obra poderão ser fixadas sobre o tapume em uma posição que permita boa visibilidade.

No momento da desmontagem do canteiro de obras deverão ser tomadas todas as medidas necessárias para a segurança da equipe de trabalho, bem como para a integridade do bem cultural.

6.4 Especificações dos serviços e materiais

Como descrito acima, para o Pelourinho, é proposto uma mínima intervenção. Logo, o bem passará por uma limpeza manual da superfície pétrea, remoção da camada oxidada dos elementos metálicos e da alteração cromática. Além da retirada de algumas intervenções anteriores com argamassa cimentícia e resina epóxi, que apresentam destacamento.

Desta forma, todas as lacunas serão complementadas, findando o processo de tratamento. Uma película protetora será aplicada juntamente com fungicida, evitando a proliferação de agentes biológicos, visando postergar a preservação do bem. Para isso, a especificação de tais processos e técnicas a serem utilizadas estão descritas abaixo, facilitando o entendimento como um todo.

6.4.1 Limpeza manual

A etapa inicial da intervenção consiste na higienização do bem, retirando todas as sujidades, crostas e materiais acumulados na superfície. Com isso, as soluções escolhidas para este processo deverão ser testadas em um quadrado de 5x5 cm, em áreas de menor relevância. O resultado esperado deverá retirar toda a pátina sem alterar, agredir as características da rocha.

Para isso, a primeira alternativa de limpeza é manual a seco. Tal método caracteriza-se pela fricção da superfície seca, com uma escova de nylon, em movimentos circulares e delicados. Caso tal artifício não seja eficiente, outra forma é o mesmo mecanismo descrito acima, mas com a superfície umedecida, com água deionizada borrifada.

Para crostas e manchas cromáticas impregnadas na superfície pétrea, um dos meios mais eficientes e utilizados, é a limpeza com uma pasta de água deionizada e EDTA à 2% e papel artesanal triturado. Sua aplicação consiste na deposição dessa pasta, envolvida por um plástico (a fim de aumentar sua eficácia), e espera-se um tempo determinado nos testes, período suficiente para que a superfície interaja com a solução e a retirada da pátina seja facilitada.

Ademais, a remoção de tal mistura e conseqüentemente da pátina, é feita com a fricção da mesma pelo substrato; o excesso é retirado manualmente e lavado com água deionizada. Orienta-se que essa técnica deverá ser realizada em pequenas áreas, devido suas necessidades de execução.

Diante de tal etapa testada e realizada por toda superfície pétrea, o tratamento do bem pode ser iniciado, seguindo o diagnóstico e as instruções abaixo.

6.4.2 Remoção da camada de oxidação metálica

O bem é composto por elementos ornamentais metálicos com oxidação aparente em sua superfície. Diante de sua fragilidade, os métodos escolhidos devem ser primeiramente testados em pequenas áreas de menor relevância, para que a camada de deterioração seja retirada e o material não seja afetado.

O primeiro dos métodos sugeridos é a aplicação de álcool absoluto, utilizando *swab* umedecido, em movimentos suaves e circulares, espera-se que o dano seja recuperado sem interferir no metal. Contudo, na hipótese de que a técnica anterior não funcione, há outra forma ainda mais agressiva, a qual consiste no uso de uma solução aquosa, com 1:4 de ácido clorídrico, sobre a superfície com *swab* umedecido.

Desse modo, ambos procedimentos devem ser realizados delicadamente e aos poucos, para observar o comportamento do material diante as substâncias e se a camada oxidada está sendo totalmente retirada. Feito toda a etapa de remoção das sujidades e da oxidação de todo o bem, as áreas vulneráveis podem ser tratadas.

6.4.3 Remoção das intervenções anteriores fragilizadas

Percebe-se que por todo Pelourinho, há intervenções pontuais em argamassa cimentícia e resina epóxi; algumas delas estão desprendendo-se, assim, há necessidade de retirá-las. Por serem pequenas áreas complementadas, o método mais indicado é a remoção de tais intervenções, aos poucos, pois os materiais utilizados têm grande força de adesão e mesmo fragilizados, podem carregar algum fragmento de rocha.

Nesse caso, sua retirada deverá ser feita com cinzeis menores e um martelo de borracha, em golpes reduzidos, pois terá maior precisão e menor risco de atingir o bem. Finalizado tal etapa, as lacunas deixadas devem ser limpas com trincha macia e e devidamente preenchidas.

6.4.4 Remoção das vegetações de pequeno porte

Na base e calçada do monumento, percebe-se algumas gramíneas, as quais não sejam retiradas, ao longo do tempo, podem degradar ainda mais a rocha. Dito isso, sua remoção é aconselhável; podem ser removidas de duas formas, ambas com zelo pelo bem.

A primeira delas é manualmente, pois como se trata de pequenas plantas não há necessidade de instrumentos maiores. Já em situações que a remoção com as mãos é dificultosa, orienta-se o uso do *trowel* de jardinagem como auxílio. Para que a vegetação não volte a crescer, tanto as lacunas na base, quanto perto do mesmo, devem ser preenchidas inibindo o substrato a torna-se propício.

6.4.5 Preenchimento das lacunas

A partir dos processos de limpeza, remoção das intervenções fragilizadas, da vegetação, algumas lacunas apresentaram-se. Com isso, é preciso preenchê-las, pois caso não seja feito, são regiões de vulnerabilidade para o bem, local de acúmulo de sujidades, matéria orgânica, entre outros. O enxerto é feito com materiais compatíveis, frente à composição da rocha em tratamento para que a interação entre eles seja mínima.

Diante necessidade, sugere-se que a complementação seja feita com resina acrílica e material pétreo “original” (jazida quartzo e xisto). A utilização da jazida própria-primária implica na facilidade de compatibilidade material diante fatores químicos, físicos, estéticos, reversíveis e de durabilidade, além da proximidade do tom da rocha. Encontrado a coloração desejada, a massa – não há um traço preciso, porém, sua consistência deve ser de pomada – será aplicada no vão, impermeabilizado com resina acrílica diluída em água, com espátulas odontológicas. O acabamento não precisa ser polido para que sua aparência seja semelhante da superfície pétreo.

Com o término de tal processo, a etapa de tratamento é findada. Com isso, a próxima e última metodologia empregada é a de proteção. Explicitada abaixo.

6.4.6 Proteção superficial

A fim de proteger a superfície do bem de pequenas abrasões, umidade, poluição atmosférica e entre outros fatores degradantes, como solução, propõe-se a aplicação de uma película resinosa.

O produto comumente utilizado é a resina acrílica diluída em água deionizada com aditivos de proteção contra UV e fungicidas (mesma utilizada para impermeabilizar as lacunas e na massa de preenchimento). Sua aplicação é feita na superfície pétreo e metálica com trincha macia pouco umedecida.

Aplicado em todo o substrato do bem já tratado e a resina já seca, a intervenção pode ser dada como finalizada pois todas as etapas devem ser satisfatoriamente cumpridas: limpeza, remoção das intervenções, da vegetação, preenchimento das lacunas e camada proteção.

7. PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Na fase conclusiva deste estudo, alinhando-se com a abordagem de restauro preventivo preconizada por Cesare Brandi, é elaborado o plano de conservação preventiva para o Pelourinho de Mariana. Este plano representa uma ferramenta abrangente que contempla um conjunto de medidas e estratégias destinadas para assegurar a preservação a longo prazo, salvaguardar a integridade e o valor histórico-cultural do bem em estudo. Para atingir esse propósito, são delineadas algumas ações, onde este trabalho será o norteador inicial para cumprimento de sua tutela:

a) Avaliação do estado de conservação atual:

Registrar a avaliação técnica completa do estado de conservação do Pelourinho. Incluindo inspeções visuais, análise física-estrutural e documentação fotográfica.

b) Documentação e inventário:

Registrar um inventário histórico-cultural detalhado de todos os elementos do Pelourinho, incluindo sua história, características estilísticas e arquitetônicas, entre outros aspectos.

c) Plano de gestão:

Desenvolver um plano de gestão que estabeleça as responsabilidades das partes envolvidas na conservação, incluindo autoridades locais, instituições de preservação cultural e comunidade local.

d) Monitoramento Periódico:

Estabelecer uma rotina regular anual de monitoramento que avalie o estado físico do Pelourinho, incluindo inspeções visuais, análises de materiais e

medições de degradação ao longo do tempo, com registro em relatórios técnicos, para documentar as condições e evoluções ao longo do tempo. Avaliar a possibilidade de adotar sistemas de monitoramento tecnológico, diante ameaças potenciais observadas in loco. Há algumas opções como:

- Sensor Estrutural: Sensores como extensômetros, inclinômetros e acelerômetros podem ser instalados para monitorar deformações, movimentos e vibrações. Isso ajuda a detectar qualquer movimento ou deformação que possa indicar problemas estruturais.

- Sensor de Temperatura e Umidade: O controle da temperatura e umidade é fundamental para evitar danos causados por condensação/ascendente, umidade excessiva ou secagem excessiva de materiais.

- Sensor de Corrosão: acompanhar a taxa de corrosão e detectar problemas precocemente, referente aos materiais suscetíveis à corrosão.

- Monitoramento por Satélite: Imagens de satélite podem ser usadas para monitorar a expansão urbana, as mudanças no entorno do edifício e o impacto ambiental.

e) Manutenção Preventiva:

Implementar ações de manutenção programadas para resolver problemas menores antes que se tornem críticos, incluindo limpeza, tratamento anti-pragas e reposição da resina protetora após realização dos reparos necessários já relatados neste trabalho.

f) Educação e Sensibilização:

Promover a conscientização sobre a importância histórica e cultural do Pelourinho de Mariana na comunidade local e entre visitantes, incentivando o respeito e a proteção do monumento.

g) Plano de Gestão de Riscos: Desenvolver um plano de contingência para emergências, como desastres naturais, incêndios ou atos de vandalismo, para garantir uma resposta rápida e eficaz de acionamento e mitigação junto às autoridades locais, instituições de preservação cultural e comunidade local.

Este plano de conservação preventiva será fundamental para nortear a proteção do Pelourinho de Mariana e garantir que ele continue a desempenhar seu papel histórico-cultural na região.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível reunir dados específicos do Município de Mariana, bem como informações históricas e arquitetônicas do objeto em estudo. Conhecer e estudar sobre as manifestações culturais do local e entender que o mobiliário urbano faz parte da memória de um povo, reconhecendo o valor que o objeto de estudo apresenta, além do subsídio para futuras intervenções no monumento e no perímetro incluído.

Foi identificado toda sua estrutura suporte e ornamental, bem como informações das principais manifestações patológicas atuantes neste objeto. Ao estudar e conhecer profundamente seu histórico contextual (levando em consideração as modificações e intervenções sofridas com o tempo), e seu estado atual (com a demonstração das manifestações patológicas devidamente apresentadas nas fichas fotográficas e, principalmente no projeto de Mapeamento de Danos), podemos afirmar que o desenvolvimento deste Dossiê de Restauração fornecerá subsídios confiáveis para futuras intervenções no mesmo, abrangendo também, o perímetro do qual está inserido.

Em síntese, o Pelourinho de Mariana encontra-se em um bom estado de conservação atual. Os elementos em cantaria se encontram estruturalmente estáveis, porém, apresentam danos superficiais ao longo de toda sua superfície. Salienta-se a importância da realização de uma restauração focada em um tratamento adequado de higienização dos elementos metálicos e de sua cantaria como um todo, além da remoção dos agentes biológicos e intervenções humanas anteriores que apresentam necessidade de recuperação, utilizando materiais que realizam um trabalho de compatibilização efetiva.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, observou-se a existência de manifestações patológicas ao longo de toda a sua extensão, sendo a maioria delas originadas pela exposição a intempéries e aos procedimentos humanos anteriores, que ocasionaram oxidações generalizadas nos materiais metálicos, favoreceram o aparecimento de agentes biológicos (crosta negra e biofilme), bem como os vestígios encontrados de vandalismo e intervenções com argamassa cimentícia e resina epóxi, respectivamente.

Por fim, a restauração e conservação do Pelourinho de Mariana possibilita a sua integridade física e estética, para que o seu valor histórico-cultural seja preservado e transmitido às gerações futuras. Portanto, é imprescindível que após o término das obras de restauração, o Pelourinho de Mariana seja incluso na política de preservação municipal, através da aplicação efetiva e contínua do plano de conservação preventiva.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEREIRA, Carlos Alberto et al. **O espaço e os construtores de Mariana: século XVIII**. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015.

VASCONCELOS, Salomão. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.

FONSECA, Claudia Damasceno. **Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural**. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, 1995. (Dissertação, mestrado em Geografia Urbana)

FERREIRA, Lorene Dutra Moreira et al. **Festas Religiosas: Uma manifestação cultural de Mariana**. 2ª edição. Ouro Preto: Editora ETFOP, 2009.

CAMPOS, Paulo Mendes et al. **Mariana: arte para o céu**. Belo Horizonte: Comissão Pró-restauração da Catedral e Órgão da Sé de Mariana, 1985

VEIGA, Afonso Costa Santos. **José Pereira Arouca: mestre pedreiro e carpinteiro de Mariana – Minas Gerais (século VXIII)**. 2ª edição. Arouca/Portugal: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1999.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Introdução ao Barroco Mineiro: cultura barroca e manifestações do rococó em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Crisálida, 2006.

MACIEL, Carlos Alberto Batista et al. **Memorial Descritivo do Projeto de Intervenção Urbana na Praça Minas Gerais, Mariana – MG** (Etapa: Projeto básico/ Novembro de 2003) – Programa Monumenta.

MIRANDA, Maria Cristina Seabra. **Laudo Técnico do Projeto de Revitalização da Praça Minas Gerais**. IPHAN/Mariana – Programa Monumenta. Dezembro de 2005.

URZEDO, Rinaldo. **Relatório técnico e de considerações sobre os procedimentos de higienização e conservação dos elementos em metal do pelourinho**. Empresa contratada pelo IPHAN/Mariana: Matrix: artes, cantaria e restauração. Outubro de 2012.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração** [Teoria del Restauro]. Tradução de KÜHL, Beatriz Mugayar. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

RUSKIN, John. **A lâmpada da Memória** [The Lamp of Memory]. tradução de DOURADO, Odete. Salvador: Pretextos (V.2) /PPGAU-UFBA, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2003. CURY, ISABELLE; INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 2004. 3.ed., rev. e aum. p. 13.

ALMEIDA, Frederico Faria Neves. **Manual de Conservação de Cantarias**. Brasília: IPHAN, 2005.

PAIXÃO, Ana Paula da Silva. **Dossiê de restauração do Chafariz de Dom Rodrigo, São Bartolomeu, Ouro Preto, MG**. 2016. Monografia. IFMG/OP.

Termo de Mariana: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. Departamento de História (ICHS/UFOP)

IPHAN/MONUMENTA. **Relatório Mensal de Avaliação de Obras (Revitalização da Praça Minas Gerais)**. Empresa contratada pela Prefeitura de Mariana: Terra e Técnica Engenharia. Nº1, Maio – Outubro de 2006.

SITES

D'ANGELO, Raphael Queiroz et. al. A identificação dos sistemas de espaços livres no núcleo histórico urbano em Mariana-MG. Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/A-IDENTIFICA%C3%87%C3%83O-DOS-SISTEMAS-DE-ESPA%C3%87OS-LIVRES-NO-N%C3%9ACLEO-HIST%C3%93RICO.pdf>>. Acesso em: 25 de nov. de 2017.

IBGE. CIDADES: Mariana. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>>. Acesso em: 02 de dez. de 2017.

MAIS MINAS. Disponível em: <<https://maisminas.org/cidades-mais-caras-de-se-morar-em-mg/>>. Acesso em: 25 de nov. de 2017.

SUDOESTESP. Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais/676/>>. Acesso em: 26 de nov. de 2017.

ZUCCARATTO. Disponível em: <<http://www.zuccaratto.jor.br/blogs/turismo-e-cia/monumentos-historicos-de-mariana-retratam-300-anos-de-historia-do-brasil/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

PREFEITURA DE MARIANA <<http://www.mariana.mg.gov.br/galeria-de-ex-prefeitos>>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

ALMEIDA, Frederico Faria Neves. **Manual de Conservação de Cantarias**. 2ª Edição. IPHAN, 2000. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoCantarias_2edicao_m.pdf>.

Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

KUHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. Revista CPC, 2005, v. 1, n. 1. Disponível em:

<http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/kuhl_pdf.pdf>.

Acesso em 15.03.2018

GOVERNO DA ITÁLIA. **Carta de Veneza**. Maio de 1964. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> .

Acesso em: março 2018.

GOVERNO DA ITÁLIA. **Carta do Restauo**. 06 de abril de 1972. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauo%201972.pdf>.

Acesso em: março 2018.

Manual de Conservação Preventiva para Edificações. Grupo Tarefa/Programa Monumenta – BID. IPHAN, 2000. Disponível em: <

http://ipurb.bentogoncalves.rs.gov.br/uploads/downloads/IPHAN_Manual_de_conservao_preventiva.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.